

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



O papel das TICs na institucionalização das democracias

Sérgio Braga

Um estudo sobre a
informatização dos órgãos legislativos
na América do Sul
com destaque para o Brasil



PLENARIUM
A Editora da Câmara dos Deputados

Brasília/2007

Mesa da Câmara dos Deputados
53ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa
2007

Presidente

Arlindo Chinaglia (PT-SP)

Primeiro-Vice-Presidente

Narcio Rodrigues (PSDB-MG)

Segundo-Vice-Presidente

Inocêncio Oliveira (PR-PE)

Primeiro-Secretário

Osmar Serraglio (PMDB-PR)

Segundo-Secretário

Ciro Nogueira (PP-PI)

Terceiro-Secretário

Waldemir Moka (PMDB-MS)

Quarto-Secretário

José Carlos Machado (PFL-SE)

Suplentes de Secretário

Primeiro-Suplente

Manato (PDT-ES)

Segundo-Suplente

Arnon Bezerra (PTB-CE)

Terceiro-Suplente

Alexandre Silveira (PPS-MG)

Quarto-Suplente

Deley (PSC-RJ)

Diretor-Geral

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa

Mozart Vianna de Paiva

O papel das TICs na institucionalização das democracias

Um estudo sobre a informatização dos órgãos
legislativos na América do Sul com destaque para o Brasil

Sérgio Braga



Câmara dos Deputados

Sérgio Braga

**O papel das TICs
na institucionalização
das democracias**

Um estudo sobre a informatização dos órgãos
legislativos na América do Sul com destaque para o Brasil

Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Publicações
Brasília - **2007**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor AFRÍSIO VIEIRA LIMA FILHO

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO - CEDI

Diretor JORGE HENRIQUE CARTAXO

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Diretor em exercício CASIMIRO NETO

Capa, projeto gráfico e diagramação: Racsow

Revisão: Sérgio Braga

SÉRIE

Ação cultural. Temas de interesse do Legislativo
n.11

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Braga, Sérgio.

O papel das TICs na institucionalização das democracias : um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul com destaque para o Brasil. / Sérgio Braga. - Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.

100 p. - (Série ação cultural. Temas de interesse do Legislativo ; n. 11)

ISBN 85-7365-459-7

1. Poder Legislativo, informação, análise comparativa, Brasil, América do Sul. 2. Acesso à informação, Brasil. 3. Acesso à informação, América do Sul. 4. Poder Legislativo, informatização, Brasil. 5. Poder Legislativo, informatização, América do Sul. 6. Site na Internet, Brasil. 7. Site na Internet, América do Sul. 8. Tecnologia da Informação. I. Série. II. Título

CDU 342.52:004(81:8)

ISBN 85-7365-459-7

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação - CEDI

Coordenação de Publicações

Anexo II - Térreo - Praça dos Três Poderes

Brasília - DF CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5802 Fax: (61) 3216-5810

publicacoes.cedi@camara.gov.br

*Dedico este livro à Luiza Cotrim Soares,
a inesquecível Vó Luiza (in memoriam)*

E para Hilda, Marce, Kátia, Lúcia e Rodrigo.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	09
2. BREVE REVISÃO DA LITERATURA	11
3. METODOLOGIA	17
3.1. Dimensões relevantes	19
3.2. Análise quantitativa e qualitativa dos web sites.	23
4. ANÁLISE DOS WEB SITES DOS LEGISLATIVOS SUL-AMERICANOS	25
4.1. Informações gerais/Navegabilidade	26
4.2. Centros decisórios	29
4.3. Parlamentares	32
4.4. Processo decisório	36
4.5. Relação com o público	39
4.6. Administração	43
4.7. Integração em rede com outros órgãos	44
4.8. Conclusões sobre a informatização dos legislativos sul-americanos	45
5. ANÁLISE DOS WEB SITES DOS LEGISLATIVOS BRASILEIROS	48
5.1. Informações gerais/Navegabilidade	48
5.2. Centros decisórios	52
5.3. Parlamentares	55
5.4. Processo decisório	59
5.5. Relação com o público	63
5.6. Administração	66
5.7. Integração em rede com outros órgãos	69
5.8. Conclusões sobre a informatização dos legislativos brasileiros	71
5.8.1. Desempenho dos sites parlamentares por região e dimensão	71
5.8.2. Avaliação global do desempenho dos sites	73
6. CONCLUSÕES	76
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
Anexo 1: Mapa da informatização dos legislativos sul-americanos	83
Anexo 2: Mapa da informatização dos legislativos brasileiros	92

1. INTRODUÇÃO¹

A questão dos impactos das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na arena política, especialmente nas instituições governamentais e na esfera da administração pública, tem sido objeto de uma bibliografia crescente. Entretanto, grande parte desses estudos ou são empreendidos por cientistas da informação e disciplinas afins ou, quando efetuados por cientistas sociais *stricto sensu* (sociólogos e cientistas políticos), apresentam um caráter excessivamente teórico, desvinculados de uma reflexão “empiricamente orientada” que possa servir de base para um diálogo mais objetivo e fecundo com outros trabalhos de caráter técnico empreendidos por disciplinas mais próximas à informática, gestão do conhecimento e/ou tecnologia da informação, bem como para o uso mais eficiente das TICs pelos vários atores sociais e órgãos públicos. O objetivo desse artigo é empreender uma reflexão nesse sentido e contribuir para o preenchimento de tal lacuna. Assim sendo, embora tratemos da temática mais geral das relações entre “internet e política” ou, mais precisamente, do impacto das TICs no funcionamento de alguns aspectos das instituições democráticas modernas (especialmente de seus órgãos legislativos), não procuraremos tecer considerações gerais, de natureza teórica, sobre as relações entre esses fenômenos (TICs e instituições parlamentares). Tais considerações, inegavelmente importantes, já foram empreendi-

¹ Os textos contidos neste trabalho apresentam resultados da pesquisa por mim coordenada intitulada Internet e Política; mapeando o conteúdo dos Web Sites políticos brasileiros e internacionais, que desenvolvo desde 2004 no Departamento de Ciências Sociais da UFPR. Versões preliminares e condensadas deste texto foram apresentadas no III Congresso da Associação Latino-americana de Ciência Política ocorrido entre os dias 03 e 06 de setembro na cidade de Campinas/SP (BRAGA, 2006) e na III Conferência Sul-Americana sobre Governo Eletrônico (Conegov), realizada nos dias 17 e 18 de novembro na cidade de Curitiba/PR. Agradeço à bolsista UFPR/TN Letícia Carina Cruz pela colaboração na coleta e checagem dos dados e na análise dos resultados. Entretanto, eventuais falhas cometidas na elaboração da versão final do texto são de minha inteira responsabilidade.

das por outros autores e, embora algumas delas sejam a fonte mais remota de inspiração de nosso trabalho, não são estritamente o propósito deste estudo².

Assim sendo, o objetivo básico deste trabalho é apresentar os resultados de nossa pesquisa comparada sobre a informatização dos legislativos sul-americanos e brasileiros, onde buscamos refletir sobre o impacto da internet no funcionamento da democracia representativa destes países através do exame da organização dos web sites de seus órgãos parlamentares. Procuramos cumprir esta meta através da análise de uma planilha especificamente elaborada para tal fim, onde sistematizamos informações sobre cerca de 190 variáveis básicas passíveis de serem localizadas em sites parlamentares. A partir da aplicação dessa planilha, avaliamos as informações contidas em cada um dos itens e procuramos elaborar um “índice de informatização” dos sites parlamentares que nos informe de maneira sintética o grau em que esses parlamentos avançaram no uso das TICs para divulgar suas atividades, interagir e se comunicar com o cidadão comum e com a opinião pública que tem acesso à internet.

Nesse contexto, pretendemos sugerir uma metodologia para a análise e acompanhamento do “grau de informatização”³ dos sítios dos órgãos legislativos que cumpra os seguintes requisitos: (i) seja de fácil aplicação e entendimento, permitindo a qualquer pesquisador

²No tocante a reflexões de natureza teórica sobre a temática mais geral das relações entre internet e política destacam-se no Brasil, pelo caráter ao mesmo tempo pioneiro e instigante de suas reflexões, os trabalhos de EISENBERG (2000; 2002; 2003). Em nível internacional, há uma vasta e crescente bibliografia sobre o assunto, destacando-se, para os nossos fins, os trabalhos de NORRIS (2000; 2001) e CASTELLS (2002), que serviram como fonte de inspiração mais direta de nossa pesquisa, conforme deixamos claro mais adiante.

³“Grau de informatização” entendido aqui como o uso que os parlamentos fazem dos web sites para a divulgação de seus trabalhos. Não examinaremos aqui as rotinas administrativas internas de cada uma das casas legislativas, bem como o funcionamento de sistemas de intranet e assemelhados. Nossa análise restringe-se exclusivamente às informações disponíveis nos web sites das casas legislativas, análise esta feita da perspectiva de um usuário pesquisador em Ciência Política, e não de um especialista em informática ou gestão da informação.

ou cidadão com acesso à internet utilizar estes recursos para controlar o desempenho dos sítios Legislativos e demais entidades políticas, bem como verificar os resultados e as informações neles contidos; (ii) apresente, de forma condensada, o maior número possível de informações, possibilitando ao pesquisador uma visão abrangente, e não fragmentada, de nosso objeto de estudo. Sendo assim, o intuito mais geral da presente pesquisa é o de fornecer evidências que permitam uma avaliação mais precisa e empiricamente fundamentada do nível de transparência atingido pelos órgãos legislativos sul-americanos e brasileiros em sua interação com os vários atores sociais.

2. BREVE REVISÃO DA LITERATURA.

O estudo dos web sites parlamentares como uma importante dimensão do funcionamento das democracias contemporâneas, foi pioneiramente objeto de uma abordagem mais sistemática no texto *Guidelines for the content and structure of parliamentary web sites*, publicado em 2000 pela União Interparlamentar (INTER-PARLIAMENTARY COUNCIL, 2000). Neste texto, aprovado na 166ª reunião do Conselho da Associação Interparlamentar, chama-se a atenção para a progressiva importância da difusão de informações sobre os parlamentos mundiais através do recurso à construção de web sites cada vez mais aperfeiçoados. Além disso, são sugeridas uma série de diretrizes metodológicas para a organização de sites parlamentares, almejando-se uma padronização em seus conteúdos. São também elencadas uma série de informações importantes a serem incluídas nos sites parlamentares, subdivididos em “itens recomendados e opcionais”. Embora desconheçamos levantamentos sobre o efetivo impacto que tais recomendações tiveram pelo mundo afora, tal trabalho é uma referência básica e pioneira, e teve um importante papel na construção da metodologia e da planilha que elaboramos e aplicamos aos web sites dos legislativos brasileiros. Além disso, já há em nível internacional

um considerável corpus de estudos de caso sobre os efeitos das TICs no funcionamento dos órgãos parlamentares, a maioria deles publicados em periódicos vinculados a órgãos legislativos dos países mais desenvolvidos e estudando aspectos específicos do funcionamento dos mesmos⁴.

A referência básica que utilizaremos em nosso estudo, no entanto, são as reflexões empreendidas por Pippa Norris (NORRIS, 2000; 2001)⁵ sobre as relações entre internet e política, especialmente suas contribuições para o estudo dos web sites parlamentares. Embora nossa metodologia de coleta e sistematização dos dados difira bastante da utilizada por esta autora, suas contribuições, além de serem o ponto de partida de nosso interesse pelo tema, são particularmente relevantes para os nossos fins, pois seu objetivo não é apenas o de propiciar uma descrição do “grau de informatização” dos parlamentos do mundo, mas também tecer algumas considerações sobre os impactos de tal fenômeno no funcionamento das democracias representativas.

Nesses textos, que consideramos seminais para o tema de nossa pesquisa, a autora rejeita a visão tanto dos “cyberotimistas”, segundo a qual a internet dará lugar a um novo “espaço público” que sinalizaria para a instauração de uma autêntica “democracia deliberativa”

⁴ Destaca-se a esse respeito o trabalho de COLEMAN et. al. (2000), que se constitui numa coletânea de “cases” sobre o uso da internet em vários parlamentos do mundo, especialmente das democracias avançadas. Por outro lado, revistas como a Canadian Parliamentary Review (<http://www.parl.gc.ca/>), a Parliamentary Affairs (<http://pa.oxfordjournals.org/>) ou o Bulletin of Science, Technology & Society (<http://bst.sagepub.com/>) publicam regularmente pequenos estudos sobre as relações entre os órgãos legislativos e as TICs. Nenhum dos textos consultados nessas publicações, entretanto, assemelha-se ao viés de análise contido no presente artigo, ou seja, não buscam sugerir uma metodologia abrangente e sistemática para a avaliação do grau em que os diferentes órgãos legislativos utilizam-se das ferramentas propiciadas pela internet para divulgar seus trabalhos.

⁵ Cf. NORRIS, P. Democratic divide? The impact of the Internet on Parliaments Worldwide. Disponível em: <www.pippanorris.com <http://ksghome.harvard.edu/~pnorris/>> Último acesso em: 20/03/2003; & NORRIS, P. Digital divide?: Civic engagement, information poverty, and the Internet Worldwide. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ou mesmo “direta” nos países capitalistas centrais, quanto as teses dos “cyberpessimistas”, que afirmam que a internet pouco alterará os padrões estabelecidos de democracia parlamentar⁶.

Inversamente a essas visões polares, a autora chama a atenção para a necessidade de se partir de uma concepção adequada de democracia para a elaboração de uma avaliação mais abrangente, realista e menos unilateral dos impactos da internet sobre o funcionamento das instituições políticas democráticas modernas, especialmente dos países que passaram por processos recentes de democratização, bem como aqueles que se deparam com dificuldades na institucionalização de seus regimes democráticos.

Como afirma a autora:

“...in contrast to many other accounts, this view weighs the value of mass participation as only one of the core democratic functions of politics on the Internet. Promoting the conditions of party competition, facilitating the public sphere via the news media, helping the mobilization of civil society, and promoting transparency in the decision-making process, are regarded as equally valuable potential functions of the Internet, especially in nations ruled by authoritarian and transitional regimes. This study therefore departs normatively from much of the existing literature in the United States and Western Europe, which assumes that the Internet will only strengthen democracy if it generates new opportunities for political participation, in particular direct citizen decision-making in the policy process and new forms of deliberative decision-making. The conventional wisdom often concludes that if the Internet fails in these regards, then new technology will have no significant impact on democracy and democratization. But this is an unduly narrow, and thereby misleading, normative yardstick. A broader vision about the ways that the Internet can strengthen representative democracy seems more appropriate as soon as we turn our eyes beyond the rather narrow navel-gazing of rich established Western democracies to many polities struggling to establish effective party competition allowing the stable rotation of power between government and opposition, effective civic societies organizing, mobilizing and articulating public opinion through multiple channels connecting citizens and the

⁶ A autora reproduz exaustivamente os principais argumentos dos representantes das duas sub-correntes citadas. Entretanto, por questões de espaço não nos será possível entrar nesse debate aqui.

state, and the basic conditions of human rights to free expression of dissenting alternative views. In most societies throughout the world it is the core representative institutions of parties, parliaments and civic society that urgently need to be nurtured and strengthened. The extensive debate about the role of the Internet for direct, plebiscitory or strong democracy in the United States and Western Europe can be seen as a distracting irrelevance, a buzzing mosquito, which deflects attention from the potential function of Internet to strengthen the institutions of representative democracy and the process of democratization worldwide" (NORRIS, 2000: p. 4/5).

Assim, é operando com parâmetros e expectativas realistas que se pode empreender uma avaliação mais adequada e abrangente dos impactos da internet nas democracias contemporâneas, especialmente nas novas democracias em processo de consolidação, institucionalização e cujos sistemas políticos passam por processos de modernização e de reforma, ou mesmo por "crises de legitimidade" em virtude do comportamento inadequado ou prevaricador de determinados ocupantes de cargos públicos, especialmente dos órgãos parlamentares. O principal impacto da internet, ainda segundo a mesma autora, consiste na criação de um "subsistema político virtual", capaz de desempenhar e dinamizar as funções de comunicação e informação entre o sistema político e os cidadãos médios, especialmente os mais politizados. Ao fazê-lo, tal recurso tecnológico pode vir a produzir impactos substanciais nas instituições representativas, especialmente através do fortalecimento das "instituições intermediárias" e da incorporação de novos atores ao sistema político, além de tornar mais transparentes as relações entre tais atores e o processo legislativo e governamental como um todo.

Dentro desse contexto, justifica-se um estudo mais aprofundado sobre os web sites parlamentares, pois estes cumprem funções básicas para o fortalecimento das instituições democráticas, especialmente no sentido de tornar mais transparente o processo decisório sobre políticas públicas de interesse comunitário:

"Parliamentary web sites can prove particularly effective mechanisms for providing the public with detailed and comprehensive information about legislative procedures and activities, allowing greater

transparency and public scrutiny of the policymaking process, and promoting the accountability of elected members to their constituents. There are many other channels of information about parliamentary business ranging from unfiltered and unedited televised debates on channels like C-Span to newspaper and TV news coverage of parliamentary speeches, committees and legislation, as well as the publication of official government documents like Hansard. The potential advantages of the Internet as a medium is that this allows legislative bodies to freely distribute many different types of information, particularly lengthy official publications like the full text of pending legislation and government reports, directly and simultaneously to a wide community of users in an efficient, timely and equitable manner. The Internet allows transmission of everything from the complete version of official documents and the daily agenda for parliamentary business to streaming audio-visual feeds of the debating chamber during parliamentary sessions and 'virtual' tours of the buildings. Moreover unlike public records and official government document offices, the search and retrieval facilities in digital formats easily facilitate prompt, detailed and targeted policy research by those interested in tracking the progress of specific legislative bills, government proposals, or member's voting records on contentious issues. Many parliaments also recognize the value of web sites for broader 'civics education', devoting specific sections of information for students and teachers. All this material, if well planned and presented, should help to make the policymaking process, and even the more arcane minutiae of parliamentary business, more open to outsider scrutiny, allowing the powerful disinfectant of publicity against the possible abuse of power" (NORRIS, 2000: p. 7)⁷.

Desconhecemos estudos de outros autores que busquem empreender uma análise detalhada dos graus de informatização atingidos pelos parlamentos dos países sul-americanos. No tocante ao Brasil, o processo de informatização dos órgãos legislativos também tem chamado a atenção do público e de analistas especializados, tendo

⁷ Não apenas por dever de honestidade intelectual que reproduzimos essas longas passagens do texto de Pippa Norris. É que elas reproduzem perfeitamente as motivações analíticas que estavam subjacentes à realização da presente pesquisa desde o seu início.

⁸ Cf. MIKEVIS, D. Poder on-line. Testes mostram que, mesmo no mundo virtual, serviços públicos tardam em responder. Folha de São Paulo, São Paulo, 17 de setembro 2003. Informática, p. F1-F8. A bibliografia sobre E-gov no Brasil e sobre as relações entre internet e política é crescente. Para uma boa síntese das várias experiências recentes de governo eletrônico no Brasil, cf. a obra coletiva: CHANIN, Ali et. al. (2004). E-gov.br: a próxima revolução brasileira: eficiência, qualidade e democracia: o governo eletrônico no Brasil e no mundo. São Paulo: Prentice Hall. Os Cadernos de Escola do Legislativo, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, também tem publicado trabalhos interessantes sobre o assunto, mais relacionados às instituições representativas. Cf., por exemplo, os trabalhos de AIKENS (1999), FRIDAY (1999), e o de EISENBERG (2000), já citado, dentre outros que podem ser buscados no site da publicação: <<http://www.almg.gov.br/escolalegis/publicacao.asp> >

sido já objeto de matérias na imprensa⁸, bem como de trabalhos de perfil mais acadêmico, destacando-se os trabalhos de CORGOZINHO (2003), MELLO et. al. (2003) e BRAGA (2004; 2006). Além disso, é crescente a bibliografia sobre E-Gov na esfera pública (CHANIN et. al., 2004), bem como sobre as relações mais amplas entre Internet e Política, e a informatização de outros órgãos governamentais (ARAÚJO E GOMES, 2005).

Para os fins desta análise, devemos destacar inicialmente o trabalho de CORGOZINHO (2003)⁹ onde o autor estuda as Câmaras Municipais de dez cidades mineiras, analisando-as nas seguintes dimensões: (i) interatividade; (ii) transparência; (iii) usabilidade; (iv) navegabilidade e eficiência de uso; (v) participação em rede. O trabalho de Corgozinho, embora pioneiro e de grande interesse, utiliza-se no entanto de um número pequeno de variáveis, de pouca utilidade para traçar um panorama abrangente do “grau de informatização” dos sítios dos parlamentares na América do Sul e na composição de um índice que abrangesse um grande número de variáveis, que é o objetivo do presente artigo.

Outro trabalho que deve ser mencionado é o de MELLO et. al. (2003)¹⁰. Nesse texto, as autoras examinam um conjunto relativamente amplo de cerca de 120 itens e traçam um panorama abrangente das informações contidas nos web sites das Assembléias Legislativas brasileiras. A partir das contribuições efetuadas por autores que trabalham na problemática da gestão do conhecimento, procuram mapear o “capital intelectual” contido nos sites das Assembléias Legislativas dos estados, analisando tal “capital” a partir de múltiplas dimensões relevantes.

⁹ CORGOZINHO, I. A democracia eletrônica em Minas Gerais. Fronteira Virtual, S.l., 2003. <<http://www.frenteiravirtual.com.br/art016.htm>> . Último acesso em: 02 mar. 2003.

¹⁰ MELLO, S. A. DE; COHEN, F. B. R. F.; OLIVEIRA, P. P. DE. Avaliação de capital intelectual das páginas web das Assembléias Legislativas brasileiras. Belo Horizonte, 2003. 177 f. Monografia (Especialização em Poder Legislativo) - Instituto de Educação Continuada, PUC-MG. (acesso: agosto de 2004).

Embora haja algumas semelhanças entre nosso estudo e o das autoras citadas, nos diferenciamos de seu enfoque pelos seguintes aspectos fundamentais, dentre outros: (i) O ponto de partida teórico de nossa análise não é a problemática da “gestão do conhecimento”, mas sim as reflexões já mencionadas da cientista política Pippa Norris sobre os impactos da internet no funcionamento das democracias representativas modernas. Também não utilizamos o conceito de “capital intelectual” empregado pelas autoras, por motivos que não podemos detalhar aqui¹¹; (ii) Nossa metodologia de apresentação e coleta de dados é substancialmente diferente, pois procuramos elaborar um “índice de informatização” dos sites legislativos que possibilite uma visualização abrangente, concisa e de fácil consulta, mesmo ao leitor mediano, do “estado da arte” em se tratando de informatização dos sites legislativos no sentido definido acima. Consideramos que a forma de apresentação dos resultados pelas autoras citadas é pouco clara e sobrecarrega o leitor de informações de difícil apreensão.

Isto posto, podemos expor os elementos fundamentais da metodologia de análise e coleta de dados utilizadas em nossa pesquisa.

3. METODOLOGIA

A metodologia por nós elaborada se estruturou em torno da proposta de desenvolver instrumentos que possibilitem uma análise comparativa dos órgãos parlamentares a partir de seus sítios na internet, assim como mensurar o “grau de informatização” destes sítios, tal como definido anteriormente. Tal preocupação se corporifica na composição de um “índice” que resulte na criação de tal indicador, possibilitando a apreensão sintética da maior ou menor amplitude de frequência das

¹¹ Mas adiante abordaremos brevemente este ponto. Antecipemos no entanto que um dos motivos que nos leva a rejeição desse conceito é que ele induz à confusão entre os aspectos administrativos e propriamente políticos das casas legislativas, enquanto em nosso trabalho procuramos separar bem esses dois blocos de variáveis.

variáveis que são objeto de exame no texto. Como dissemos, procuramos cumprir essa tarefa através da elaboração e do preenchimento de uma planilha específica com cerca de 190 itens que empregamos para a coleta e sistematização de informações sobre diversas variáveis passíveis de serem localizadas em sites parlamentares¹².

Inicialmente foram listadas, com base na bibliografia pesquisada e através da consulta aos mapas do sites de alguns órgãos legislativos, uma série de elementos presentes em web sites parlamentares e que consideramos relevantes para uma visualização abrangente do funcionamento desses órgãos, bem como para a composição de nosso índice. É importante sublinhar que todas as variáveis incluídas em nossa planilha foram extraídas da literatura ou encontradas em sites parlamentares. Assim, a pontuação máxima possível corresponde a um site hipotético que contém todos os itens enumerados.

Num primeiro momento, esta planilha foi elaborada na forma de questionário. Além disso, criamos dois outros arquivos com nossos relatórios de visitas ao sites, e com explicações detalhadas sobre o significado de cada uma das variáveis por nós analisadas¹³.

Elaboramos uma planilha para verificar se estes itens estão ou não presentes em cada um dos sites dos parlamentos brasileiros e, em seguida, preenchemos a mesma classificando os itens de acordo com uma escala que vai de zero a cinquenta quanto à sua existência ou não nos sites. Deve-se sublinhar ainda que, além de constatar a mera presença ou não de cada um dos itens nos sites parlamentares, testamos a funcionalidade de cada uma das variáveis analisadas, o que

¹² Estas planilhas, que constituem as “bases de dados” que construímos para elaborar este trabalho, encontram-se anexas ao texto para possibilitar ao leitor instrumentos de verificação da maneira pela qual coletamos e analisamos os dados.

¹³ Infelizmente, não podemos reproduzir esse material aqui por questões de espaço. Aqueles interessados em obtê-lo, podem entrar diretamente em contato com o autor através do e-mail: ssbraga@ufpr.br

raramente é efetuado em estudos dessa natureza. Devido a esse procedimento, atribuímos peso desigual na pontuação de cada uma das variáveis, em virtude de sua funcionalidade e de sua maior ou menor importância para a informação e o acesso do pesquisador e do “cidadão-internauta” às informações sobre os órgãos parlamentares.

Além dessa dimensão mais descritiva, procuramos também dar respostas a dois problemas básicos, que aparecem com frequência na bibliografia especializada:

1)Quais as dimensões mais relevantes para a análise das informações e recursos presentes nos web sites parlamentares?;

2)Como evitar fazer uma análise meramente quantitativa de tais recursos e informações, e esboçar também uma análise qualitativa?

Procuramos resolver esses problemas operando nos dois níveis de análise expostos nos itens abaixo.

3.1. Dimensões relevantes.

Optamos por estruturar nossa análise dos sites dos parlamentos brasileiros em torno de algumas dimensões básicas que se constituem em desdobramentos da problemática que inspira nossa análise. Essas “dimensões”, a nosso ver, são as que permitem um mapeamento mais adequado dos principais aspectos do processo decisório das casas legislativas e de seu relacionamento com os cidadãos e os demais órgãos governamentais, e baseia-se nas idéias contidas na literatura que inspirou a presente investigação (NORRIS, 2001). Além disso, procura simultaneamente distinguir e apresentar de maneira integrada aspectos diferentes do uso das TICs pelos órgãos parlamentares, a fim de possibilitar uma avaliação diferenciada dos mesmos. Assim, consultando os dados abaixo apresentados, o leitor poderá ter uma visualização

rápida do grau em que os órgãos parlamentares utilizam-se das TICs para divulgar dados sobre condições de acessibilidade ao público; seus centros de poder; seu recrutamento interno; o processo decisório propriamente dito (os “outputs”); relacionamento e interatividade com o cidadão comum e o público mais amplo; organização de sua estrutura administrativa e conexão em rede com outros órgãos governamentais e instituições políticas. Embora estreitamente relacionadas entre si, tais dimensões consistem em níveis diferentes de estruturação dos órgãos parlamentares, e devem ser distinguidas numa proposta de metodologia abrangente de mapeamento de tal estruturação, procedimento este que consideramos indispensável para qualquer avaliação qualitativa mais fundamentada sobre o impacto das TICs nas democracias contemporâneas, especialmente de suas instituições representativas. Elas também são compatíveis com as sugestões destinadas a potencializar a transparência dos órgãos legislativos e governamentais de uma maneira geral, recomendadas por vários estudos que se dedicaram a aprofundar a reflexão sobre a transparência dos órgãos parlamentares (WORLD BANK INSTITUTE, 2005; COMITÊ GESTOR DO PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2006; INTER-PARLIAMENTARY UNION, 2006).

Sendo assim, estamos interessados em avaliar os diversos sites parlamentares a partir do grau em que eles apresentam informações sobre variáveis importantes para o pesquisador em Ciência Política e para o cidadão-internauta interessado nas seguintes dimensões:

1) Disponibilização de informações básicas ao público mais amplo interessado em navegar nos sites parlamentares. Essa dimensão está corporificada no item 1 “Informações gerais/navegabilidade” da planilha (variáveis 1 a 15 da planilha).

2) Estrutura do processo decisório vigente nas casas legislativas, ou seja, informações sobre os órgãos encarregados de processar os “inputs” e “outputs” relevantes de cada casa. Essa dimensão está

corporificada no item 2 “Centros Decisórios” e nos sub-itens: Mesa Diretora (informações sobre as atividades relacionadas às Mesa Diretora e lideranças partidárias do órgão legislativo), Comissões (informações sobre o funcionamento das Comissões Legislativas, Permanentes e Temporárias) e Plenário (informações sobre o que ocorre no plenário do órgão parlamentar). (Variáveis 16 a 50 da planilha).

3) O **Recrutamento** dos agentes encarregados de participar desse processo decisório, variável essa incorporada no item 3 **Parlamentares**, e nos sub-itens: Bancada (informações sobre as bancadas partidárias); Informações Biográficas (informações sobre a biografia e “perfil” de cada parlamentar) e Atuação Parlamentar (informações sobre a atuação dos parlamentares). (Variáveis 51 a 74 da planilha).

4) **Processo decisório** propriamente dito, ou seja, o conjunto de proposições, leis e demais “decisões” produzidas pelos órgãos legislativos. Essa dimensão está incorporada no item 4 Processo decisório de nossa planilha, e nos sub-itens: Sinopse (informações sobre a tramitação de proposições legislativas, especialmente projetos de lei); Íntegras (informações sobre as íntegras das leis, proposições e Diários parlamentares); Orçamento (informações sobre a elaboração e execução do processo orçamentário disponibilizadas ao público). (Variáveis 75 a 113 da planilha).

5) **Modalidades de interação “vertical”** com o público e de disponibilização ao mesmo de informações sobre o funcionamento parlamentar, que transcendam o processo legislativo *stricto sensu*. Esta dimensão está incorporada no item 5 **Relação com o Público** de nossa planilha, e nos sub-itens: Ouvidoria/Conselho de Ética (informações sobre a atuação da Ouvidoria parlamentar e do Conselho de Ética junto ao órgão legislativo); Escola do Legislativo (informações sobre a existência e as atividades desse importante programa implantado em alguns órgãos parlamentares); Comunicação e Mídia (informações sobre o uso que os legislativos fazem dos serviços de mídia em geral,

tais como publicações, rádios e TV **on-line** etc.); Interatividade (informações sobre as oportunidades que cada parlamento dá ao público de manifestar-se e de interagir com as casas legislativas); Atividades Culturais (divulgação que cada casa legislativa faz das atividades culturais ocorridas no interior de tais órgãos). (Variáveis 114 a 158 da planilha).

6) **Informações básicas sobre a estrutura administrativa da casa.** Essa dimensão está corporificada no item 6 **Administração** de nossa planilha e nos sub-itens: “Informações gerais” (informações básicas sobre a estrutura administrativa da casa, tais como organograma, número de servidores etc.); “Editais/Licitação” (informações sobre os concursos públicos e licitações efetuados pelas casas legislativas). (Variáveis 159 a 177 de nossa planilha).

7) **Interação ou comunicação “horizontal”** dos parlamentos com outras instituições do sistema político, especialmente órgãos governamentais. Essa dimensão está corporificada no item 7 “Integração em rede com outros órgãos” de nossa planilha, e nos sub-itens: “Eleições” (informações sobre o processo eleitoral ocorrido em cada unidade administrativa); “Links para órgãos de interesses” (com informações sobre a comunicação estabelecida pela casa legislativa com outros organismos governamentais e não governamentais). (Variáveis 178 a 195 da planilha).

Consideramos que estas são as dimensões mais relevantes da ação dos órgãos parlamentares e que devem constar em seus web sites na internet as quais por sua vez são, grosso modo, detalhamentos e correspondem às funções básicas (acessibilidade ao público; comunicação; informação; interatividade e conexão em rede com outros órgãos governamentais e instituições políticas), desempenhas por tais web sites nas democracias parlamentares contemporâneas. Por sua vez, todas estas funções relacionam-se ao objetivo mais geral de propiciar à opinião pública e ao cidadão comum uma maior transparência sobre o funcionamento dos órgãos governamentais e para a constituição de uma efetiva esfera pública com potencial normativo, que

aumente paulatinamente a consciência cívica e o grau de participação dos cidadãos no processo deliberativo sobre assuntos públicos.

3.2. Análise quantitativa e qualitativa dos *web sites*.

Outra questão que tivemos de resolver foi a dos critérios para pontuação dos itens, bem como a de efetuar, mesmo que de maneira exploratória, uma análise que articulasse aspectos qualitativos e quantitativos presentes nos sites dos parlamentos brasileiros, evitando dissociar estas duas dimensões, como ocorre em grande parte da literatura sobre a temática¹⁴. Essa precaução era necessária, dentre outros motivos porque, embora os links para as informações constem nos sites parlamentares, muitas vezes não estão acessíveis realmente ao pesquisador e ao cidadão comum, ou o são de forma precária. Outro aspecto a ser destacado é que nem todas as variáveis têm o mesmo peso na organização dos sites legislativos, pelo que faz-se mister definir um fator de ponderação para a pontuação dos itens.

Procuramos resolver esses problemas, pontuando as variáveis analisadas de acordo com os seguintes critérios:

QUADRO 1

Critérios de pontuação dos sites legislativos.

Avaliação	Tipo de Informação Informações completas e/ou satisfatórias (c)	Informações incompletas e/ou insatisfatórias (i)	Sem informação (0)
Importante e Essencial	20 a 50	15 a 25	0
Importante, mas não tão essencial	10 a 20	5 a 15	0
Menos importante	1 a 10	1 a 5	0

Cabe esclarecer que a visita aos sites foi por nós empreendida in-

¹⁴ Como deixamos claro abaixo, essa dimensão mais “qualitativa” abrange não apenas a funcionalidade ou não de cada um dos itens que constam nos sites parlamentares, mas também o peso diferencial que deve ser dado a cada um deles, tendo em vista o estágio atual da utilização das TICs pelos diferentes órgãos legislativos.

termantemente entre os meses de maio a julho de 2006, para o caso das casas legislativas sul-americanas, e entre os meses de janeiro e fevereiro de 2007 para o caso dos legislativos brasileiros, ou seja, os meses que marcam o início das 16^{as} legislaturas das Assembléias Legislativas estaduais. Para o caso dos legislativos brasileiros, empreendemos uma nova rodada de visita aos sites no final de fevereiro e primeira semana de março, checando e atualizando a funcionalidade de cada uma das variáveis analisadas. Portanto, as informações contidas nesse texto estão atualizadas até esta última data, embora tal tipo de pesquisa esteja sempre sujeita a uma certa margem de erro, devido ao grande número de “experimentos” necessários para a comprovação da funcionalidade das variáveis observadas, bem como à natureza “dinâmica” da organização das próprias home pages legislativas.

Sublinhe-se que uma navegação completa e detalhada para o teste de todas os itens contidos em um bom web site parlamentar pode durar em média um dia inteiro, enquanto que no caso de portais mais complexos e que apresentam mecanismos de busca pouco ágeis ou inadequados, o tempo total de checagem de todos os itens pode demandar alguns dias de navegação nos sites.

O leitor atento perceberá que há algumas pequenas diferenças entre as planilhas que constituem os anexos 1 e 2 do presente texto, bem como na pontuação dos web sites do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nos vários momentos da pesquisa. Isso se deve, por um lado, a pequenos aperfeiçoamentos que fizemos em nossa metodologia de pesquisa e, por outro, à melhorias e aperfeiçoamento efetuados nos próprios portais destes órgãos legislativos ao longo de nosso período de coleta de dados.

Nas páginas que seguiremos aplicar a metodologia cujos delineamento gerais foram expostos acima inicialmente aos web sites parlamentares de 18 países sul-americanos e, em seguida, faremos o mesmo

com 29 casas legislativas brasileiras, abrangendo o Senado Federal e a Câmara dos Deputados (os únicos parlamentos que tiveram suas páginas visitadas nas duas etapas da pesquisa), as 26 Assembléias Legislativas dos estados brasileiros e a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

4. ANÁLISE DOS WEB SITES DOS LEGISLATIVOS SUL-AMERICANOS.

Podemos agora partir para a operacionalização de nossa metodologia, ou seja, para a análise da informatização dos sites parlamentares dos países sul-americanos segundo os critérios acima expostos. A pontuação dos sites foi obtida aplicando o quadro acima à planilha que elaboramos para avaliar os sítios.

Devemos enfatizar que a visita aos sites dos países sul-americanos foi por nós empreendida intermitentemente entre os meses de maio e junho de 2006. Para a elaboração deste texto, empreendemos uma nova rodada de visita aos sites no mês de julho de 2006, checando e atualizando a funcionalidade de cada uma das variáveis analisadas. Foram pesquisados ao todo os portais de 18 casas legislativas de 11 países¹⁵. Na tabela abaixo enumeramos alguns dados básicos sobre os órgãos legislativos analisados, assim como as siglas utilizadas na construção dos gráficos constantes deste artigo.

TABELA 1
WEB SITES PARLAMENTARES ANALISADOS

	País	Órgão Legislativo	Sigla	Web Site	Nº Parlamentares
1	ARGENTINA	Senado	ARs	http://www.senado.gov.ar	72
2	ARGENTINA	Camara de Diputados	ARc	http://www.diputados.gov.ar	257
3	BOLIVIA	Cámara de Senadores	BOs	http://www.congreso.gov.bo	27
4	BOLIVIA	Cámara de Diputados	BOc	http://www.congreso.gov.bo	130

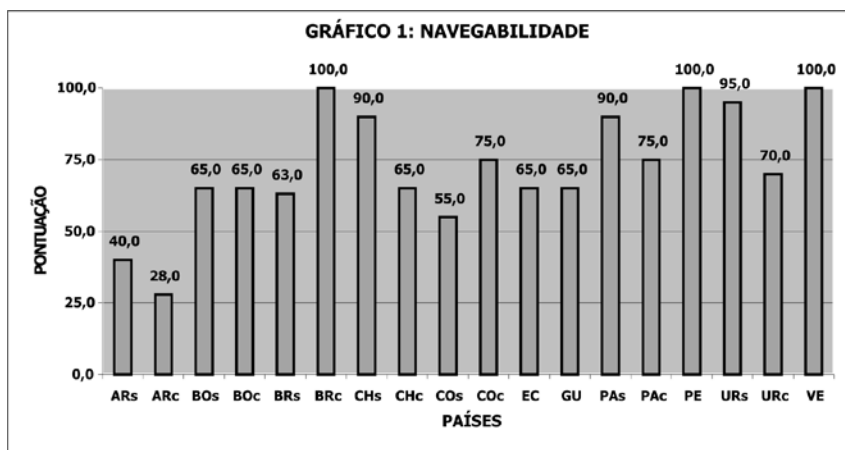
¹⁵ Não avaliamos apenas o site da Assembléia Nacional de Suriname pelo fato de estar em idioma holandês e não possuir página em inglês.

5	BRAZIL	Senado Federal	BRs	http://www.senado.gov.br	81
6	BRAZIL	Camara de Deputados	BRc	http://www.camara.gov.br	513
7	CHILE	Senado	CHs	http://www.senado.cl	38
8	CHILE	Camara de Diputados	CHc	http://www.camara.cl	120
9	COLOMBIA	Senado	COs	http://www.senado.gov.co	102
10	COLOMBIA	Camara de Representantes	COc	http://www.camararep.gov.co	166
11	ECUADOR	Congreso Nacional	EC	http://www.congreso.gov.ec	100
12	GUYANA	National Assembly	GU	http://www.parliament.gov.gy	65
13	PARAGUAY	Cámara de Senadores	PAs	http://www.senado.gov.py	45
14	PARAGUAY	Cámara de Diputados	PAc	http://www.camdip.gov.py	80
15	PERU	Congreso de la República	PE	http://www.congreso.gob.pe	120
16	URUGUAY	Cámara de Senadores	URs	http://www.parlamento.gub.uy	31
17	URUGUAY	Cámara de Representantes	URc	http://www.diputados.gub.uy	99
18	VENEZUELA	Asamblea Nacional	VE	http://www.asambleanacional.gov.ve	167
Fonte: IPU (http://www.ipu.org/english/home/.htm) e Base de Dados do Projeto “Internet e Política” (BDPIP)					

4.1. Informações gerais/Navegabilidade.

A primeira dimensão de nossa análise é a que se refere a “Informações Gerais/Navegabilidade” disponíveis ao público, que é uma espécie de “porta de entrada” dos sites legislativos, um primeiro contato do cidadão que navega pela Net com as casas parlamentares. Neste tópico, avaliamos as informações que constavam nas páginas iniciais dos web sites e incluímos vários quesitos, dentre os quais os mais relevantes são os seguintes: 1) Existência ou não de mecanismos de busca nos sites; 2) Existência ou não de Mapa do Site; 3) Acesso rápido ao Organograma da casa legislativa; 4) Endereço e e-mail da casa; 5) Informações sobre história da casa, dentre outros. Todos estes itens são importantes para propiciar uma orientação inicial para o cidadão que navega pela internet sobre os recursos disponíveis nos web sites, especialmente o cidadão comum não familiarizado com as rotinas do procedimento legislativo.

Podemos sumarizar os resultados obtidos no seguinte gráfico:



O gráfico acima sistematiza as informações contidas no item 1) “Informações gerais/navegabilidade” da planilha anexa. Assim como as demais dimensões analisadas a seguir, elas estão agrupadas em quatro categorias: (i) Parlamento com alto grau de informatização (100-75 pontos); (ii) Parلامentos com grau “médio alto” de informatização (75-50); (iii) Parلامentos com grau “médio baixo” de informatização (50-25); (iv) Parلامentos com grau “baixo” de informatização (25-00).

Examinando essas informações, podemos observar que vários legislativos sul-americanos se destacam no quesito “navegabilidade” por possuírem um alto grau de informatização: BRc; CHs; COc; PAs; PAc; PE; URs; VE, enquanto apenas dois sítios (ARs; ARc) possuem grau insuficiente de informatização, em grande parte devido à ausência de alguns itens básicos em suas home pages, tais como mecanismos de busca, mapas dos sites, ou mesmo organograma da casa facilmente visível.

O percentual de presença dos vários itens mencionados, pode ser

resumido pela tabela abaixo:

TABELA 2
Presença de itens de navegabilidade (%)

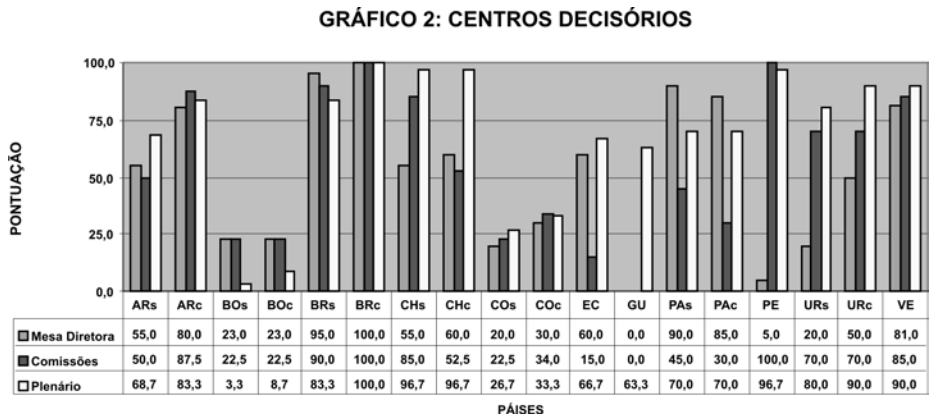
	Informações completas		Informações insatisfatórias		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%
1 Link de volta para a página inicial visível	17	94,4	0	0,0	1	5,6
2 Endereço de e-mail ou e-mail para contato	15	83,3	0	0,0	3	16,7
3 Folheto explicativo sb funcionamento da Casa.	14	77,8	2	11,1	2	11,1
4 Há “mapa do site”?	13	72,2	4	22,2	1	5,6
5 Informações sobre história da casa	13	72,2	2	11,1	3	16,7
6 Mecanismos de busca no site	11	61,1	0	0,0	7	38,9
7 Visita Virtual	10	55,6	5	27,8	3	16,7
8 Fácil acesso a Organograma(s) da Casa	9	50,0	8	44,4	1	5,6
9 Glossário de Termos Parlamentares	6	33,3	0	0,0	12	66,7
10 Aumento/diminuição de letras	5	27,8	0	0,0	13	72,2
11 Página em outro idioma	3	16,7	0	0,0	15	83,3
12 Estatísticas de navegação	2	11,1	2	11,1	14	77,8
13 Página em Inglês	2	11,1	0	0,0	16	88,9
14 Acessibilidade para deficientes	2	11,1	0	0,0	16	88,9
15 Enquete sobre temas polêmicos em discussão	1	5,6	0	0,0	17	94,4
Total	123		23		124	

A tabela nos fornece o percentual de itens de “navegabilidade” nos sites dos legislativos sul-americanos. Os itens de maior frequência nas páginas iniciais dos sites legislativos são “link de volta para a página inicial sempre visível” (ou instrumento análogo), com 94,4%, e-mail para contato com a casa (83,3%) e mapa do site (72,2%). Entretanto, a maioria dos sites parlamentares não apresenta alguns itens importantes de navegabilidade, tais como enquete sobre temas políticos atuais na página inicial (94,4%), páginas em inglês com informações sobre o funcionamento dos órgãos legislativos e mecanismos de acessibilidade para deficientes (88,9%), e estatísticas de nave-

gação (77,8%). De uma maneira geral, portanto, embora os sites da América do Sul tenha avançado bastante na inclusão de mecanismos que facilitem e estimulem a navegação do internauta em seu primeiro contato com os portais das casas legislativas, muito ainda pode ser feito no sentido de aperfeiçoar algumas de tais ferramentas. Itens tais como “Mecanismos de busca”, “Enquetes sobre temas polêmicos em debate” e “Estatísticas de navegação”, por exemplo, podem ser substancialmente melhorados para tornar mais atrativa a navegação do cidadão-internauta pelos portais legislativos do continente.

4.2. Centros Decisórios.

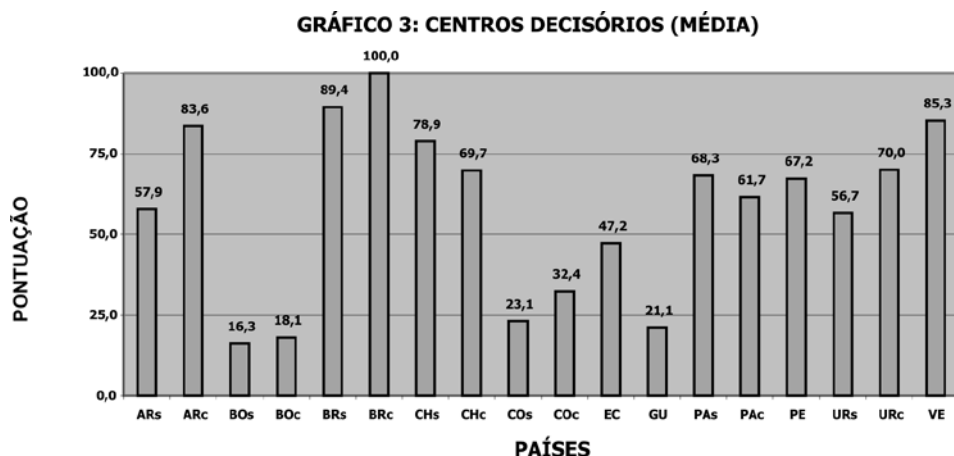
As informações sobre os centros decisórios dos Legislativos podem ser resumidas no gráfico abaixo, que apresenta o desempenho das três variáveis (Mesa Diretora/Partidos; Comissões; Plenário) isoladamente, donde derivamos a classificação do grau de informatização baseada nas médias de pontuação.



Em relação a esse item cabem os seguintes comentários sintéticos: (i) De uma maneira geral, o desempenho das casas legislativas sul-americanas em relação ao quesito “Mesa Diretora” foi elevado. Entretanto, uma alta percentagem de parlamentos não conta com in-

formações sobre a distribuição partidária das Comissões Permanentes. Além disso, há uma tendência dos sites dos Legislativos sul-americanos a omitirem a filiação partidária dos deputados, sendo este um dos principais itens de perda de pontuação dos sítios; (ii) Boa parte dos parlamentos também não disponibilizam as íntegras das atas ou resultados das reuniões das Comissões Legislativas, especialmente das Comissões Permanentes mais estratégicas, sugerindo assim que uma importante deficiência dos legislativos sul-americanos pode ser o baixo grau de institucionalização de seu sistema de comissões.

Fazendo as médias dos itens contidos em centro decisórios, obtemos a seguinte pontuação:



Temos, assim, cinco web sites que contam com um elevado grau de informação sobre seus centros de poder e de tomada de decisão (BRc; BRs; VE; ARC; CHs), sendo que apenas a Câmara de Deputados brasileira atingiu a pontuação máxima. Isso se deve ao fato de apenas esta Câmara disponibilizar informações completas sobre a composição partidária e o processo deliberativo dos principais órgãos da casa, recursos este não disponibilizados na mesma magnitude por nenhuma outra casa legislativa na América do Sul. No que se refere ao percentual de presença dos itens mais relevantes contendo informações sobre os

“centros decisórios” dos órgãos parlamentares, eles podem ser sumarizados na tabela abaixo:

TABELA 3
Informações sobre centros decisórios (%)

	Informações completas		Informações insatisfatórias		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%
1 Ordens do Dia Plenário	16	88,9	0	0,0	2	11,1
2 Atas/resultados das últimas reuniões	14	77,8	0	0,0	4	22,2
3 Agenda do presidente da Casa	14	77,8	1	5,6	3	16,7
4 Pesquisa Ordem do Dia	13	72,2	1	5,6	4	22,2
5 Ordem do dia Principais Comissões	12	66,7	3	16,7	3	16,7
6 Atas/resultados das reuniões CPs	9	50,0	9	50,0	0	0,0
7 Pesquisa por data nas reuniões CPs	9	50,0	0	0,0	9	50,0
8 Íntegra dos trabalhos da CCJ ou análoga [AR]	8	44,4	0	0,0	10	55,6
9 Resultados das votações nominais	8	44,4	2	11,1	8	44,4
10 Explicação das Competências da Mesa	7	38,9	6	33,3	5	27,8
11 Composição das Comissões Permanentes	7	38,9	10	55,6	1	5,6
12 Composição das Comissões Temporárias	7	38,9	10	55,6	1	5,6
13 Relatórios legislatura anterior	7	38,9	0	0,0	11	61,1
14 Link para projetos de lei que tramitam na CCJ	7	38,9	1	5,6	10	55,6
15 Link para Composição da Mesa Diretora	6	33,3	8	44,4	4	22,2
16 Relatórios das Comissões Permanentes	6	33,3	0	0,0	12	66,7
17 Presença dos parlamentares nas sessões	6	33,3	2	11,1	10	55,6
18 Link rápido para Íntegra Pareceres	5	27,8	0	0,0	13	72,2
19 Acesso rápido para Representação Partidária	4	22,2	3	16,7	11	61,1
20 Notas taquigráficas em tempo real	1	5,6	0	0,0	17	94,4
Total	166	46,1	56	15,6	138	38,3

Fonte: BDPIP

Os itens de maior frequência nas páginas dos sites legislativos são aqueles que se referem às informações sobre a rotina administrativa da casa, evidenciando que boa parte dos sites ainda se preocupa mais em atingir o público interno do que a população mais ampla ou o investigador interessado em pesquisar de maneira mais abrangente estes órgãos parlamentares. Assim, a maioria

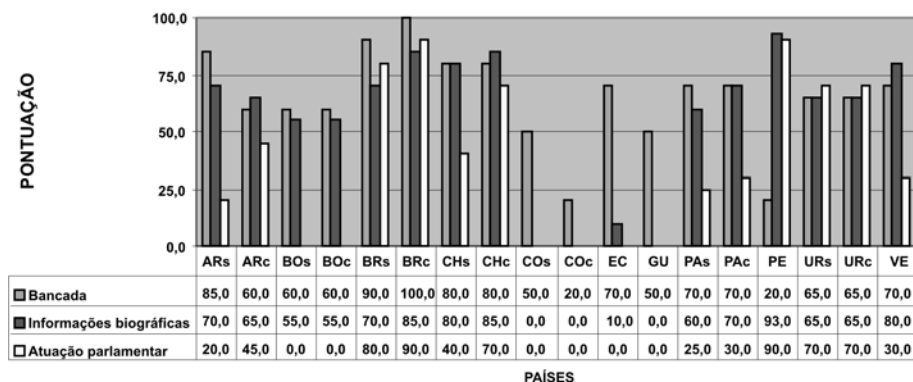
dos sites inclui informações sobre “Ordens do Dia do Plenário” (88,9%), “Resultados das últimas reuniões” (77,8%) , “Pesquisa nas Ordens do Dia anteriores”(72,2%) e informações sobre ordem do dia das principais Comissões Legislativas (66,7%). Por outro lado, boa parte dos sites apresenta informações incompletas sobre as Comissões Permanentes e Temporárias (55,6%), geralmente omitindo a visualização imediata da filiação partidária dos parlamentares ou não fornecendo a composição de todas as Comissões. Os itens menos freqüentes por sua vez são “Notas Taquigráficas em Tempo Real” das reuniões legislativas (94,4%)¹⁶, “Relatórios das Comissões Permanentes (íntegra)” (66,7%) e “Acesso Rápido para Representação Partidária”. De uma maneira geral, portanto, os sites da América do Sul tendem a valorizar mais as informações sobre suas rotinas administrativas e desvalorizar a divulgação de informações transparentes e de fácil acesso sobre as Comissões e a Representação Partidária.

4.3. Parlamentares.

As informações sobre várias dimensões do recrutamento e da atuação ou do comportamento político dos parlamentares que fazem parte dos órgãos legislativos podem ser resumidas no gráfico abaixo. O gráfico apresenta o desempenho das três variáveis (Bancadas Partidárias, Informações Biográficas, Atuação Parlamentar) isoladamente, enquanto que a classificação foi obtida com base nas médias de desempenho das três variáveis (gráfico 5).

¹⁶ No momento de nossa coleta de dados, apenas o site da Câmara dos Deputados brasileira apresentava esse recurso, disponibilizando para o internauta a íntegra das notas taquigráficas das sessões logo após o seu término e antes da revisão dos oradores, revelando assim um elevado grau de preocupação com a transparência de seu processo deliberativo. Posteriormente, o Senado Federal brasileiro também adotou este recurso, disponibilizando on-line as notas taquigráficas de suas reuniões legislativas praticamente em tempo real.

GRÁFICO 4: PARLAMENTARES



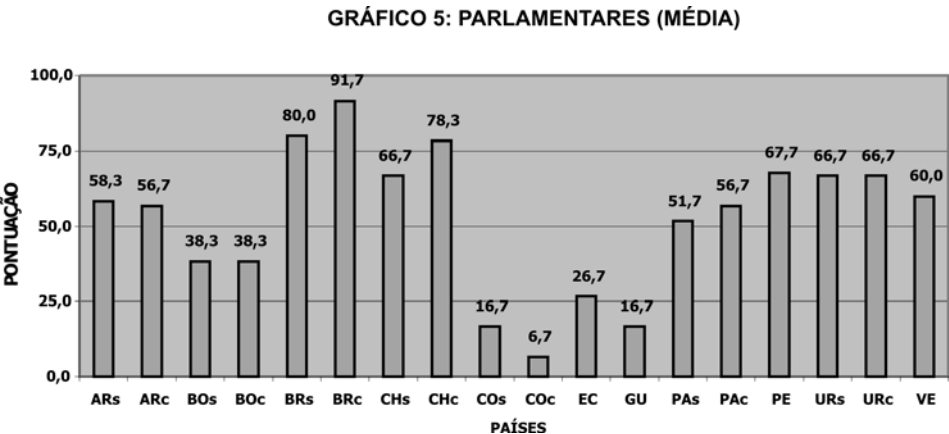
Cabem os seguintes comentários aos dados apresentados acima:

(1) Observando o gráfico, podemos verificar que os parlamentos sul-americanos apresentam um índice relativamente elevado de informatização sobre as bancadas e sobre a biografia, individualmente considerada, dos parlamentares. Entretanto, há um baixo grau de informações sobre a atuação parlamentar dos deputados, o que fez com que apenas três sites (BRs; BRc; PE) apresentassem um alto grau de informatização neste item; (2) Essa tendência dos parlamentos a transformar os sites legislativos em instrumentos de divulgação de informações dos parlamentares, individualmente considerados, em detrimento dos partidos pode ser ilustrada pelo fato de que a maioria dos parlamentos, com exceção dos órgãos legislativos da Colômbia¹⁷, Equador e Guiana disponibilizarem fotos dos parlamentares na rede; (3) Alguns sites bem estruturados não foram incluídos da categoria “Alto Grau de Informatização” nesse quesito, devido ao fato de não pontuarem em itens importantes, tais como a omissão de destaque às filiações partidárias anteriores dos parlamentares, ausência de informação através de link de acesso rápido [AR] sobre o posicionamento dos deputados nas votações nominais etc. É o caso do Senado do Chile e da Assembléia Nacional da Venezuela, por exemplo, que por causa da ausência de várias informações im-

¹⁷ Neste caso, provavelmente devido ao estado de guerra civil em que se encontra o país.

portantes, não obtiveram a pontuação necessária para ser incluídos na primeira categoria, apesar de contarem com sites extremamente bem organizados e informativos.

As médias dos sites podem ser sintetizadas na tabela abaixo.



Temos, assim, apenas três web sites que conseguiram um alto grau de informatização na média global sobre parlamentares (BRc; BRs; CHc), uma proporção que podemos considerar baixa, indicando que muito ainda pode ser feito para melhorar as informações disponíveis na rede sobre o recrutamento e o comportamento político das elites parlamentares sul-americanas. No que se refere ao percentual de presença dos itens mais relevantes, eles podem ser sumarizados na tabela abaixo:

TABELA 4
Informações sobre parlamentares (%)

		Informações completas		Informações insatisfatórias		Sem informação	
		N	%	N	%	N	%
1	Quadro de bancadas com filiações	16	88,9	0	0,0	2	11,1
2	Perfil individual da maioria dos parlamentares	13	72,2	1	5,6	4	22,2
3	Contatos dos parlamentares	13	72,2	0	0,0	5	27,8
4	Fotografia do parlamentar	12	66,7	2	11,1	4	22,2
5	Principais proposições de autoria do deputado	10	55,6	1	5,6	7	38,9

6	Dados sobre Legislaturas anteriores	8	44,4	0	0,0	10	55,6
7	Cargos anteriores	7	38,9	6	33,3	5	27,8
8	Índice de presença nas sessões individualizado	7	38,9	1	5,6	10	55,6
9	Link para atuação nas Comissões	7	38,9	11	61,1	0	0,0
10	Link para íntegra dos discursos [AR]	6	33,3	2	11,1	10	55,6
11	Links para web sites dos parlamentares	6	33,3	1	5,6	11	61,1
12	Filiações partidárias anteriores	5	27,8	0	0,0	13	72,2
13	Quadro comparativo eleitos X atuais	2	11,1	0	0,0	16	88,9
14	Planilha Excel com dados sobre os parlamentares	1	5,6	0	0,0	17	94,4
15	Link para votação do parlamentar	1	5,6	3	16,7	14	77,8
16	Informação sobre edição de perfis biográficos	1	5,6	0	0,0	17	94,4
17	Declaração patrimonial do parlamentares	1	5,6	1	5,6	16	88,9
18	Serviço de clipping dos parlamentares	1	5,6	0	0,0	17	94,4
19	Principais propostas ou metas eleitorais	0	0,0	0	0,0	18	100,0
20	Votação nominal individualizada [AR]	0	0,0	5	27,8	13	72,2
Total		117	32,5	34	9,4	209	58,1

Fonte: BDPIP (julho de 2006)

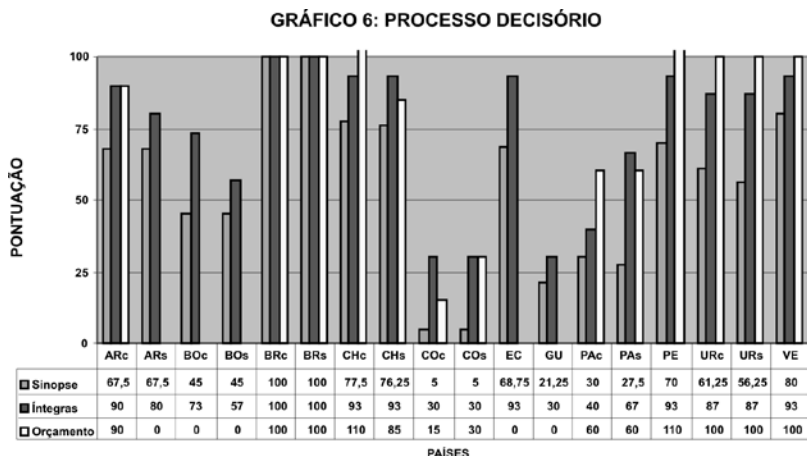
A tabela acima nos fornece o percentual de informações sobre os itens mais relevantes no que tange à informações sobre a trajetória política e ao comportamento dos parlamentares nos sites dos legislativos sul-americanos. Como podemos observar, os itens de maior frequência nas páginas dos sites legislativos são aqueles que se referem à divulgação de dados individuais simples e informações rotineiras sobre os parlamentares, tais como quadro de bancadas com as filiações individuais dos deputados e senadores (88,9%)¹⁸, página com perfil individual de cada parlamentar e contato (72,2%), fotografia (66,7%) etc. Entretanto, muitas informações de significativa importância para o cidadão e para o eleitor ou estão incompletas como “link para atuação nas Comissões Legislativas” (61,1%), ou simplesmente inexistem, tais como informações sobre edição de perfis biográficos ou publicação análoga (94,4%), declaração patrimonial dos deputados (88,9%), e assim por diante. Destaca-se, a esse respeito, o item “Principais propostas ou metas eleitorais” apresentadas pelo

¹⁸ Não confundir com informações a respeito da distribuição partidária da casa contida no item anterior.

parlamentar durante o pleito eleitoral. Nenhum dos 18 legislativos pesquisados apresentou informações diretas sobre este tópico ou sugestões de links onde obter tais informações.

4.4. Processo decisório.

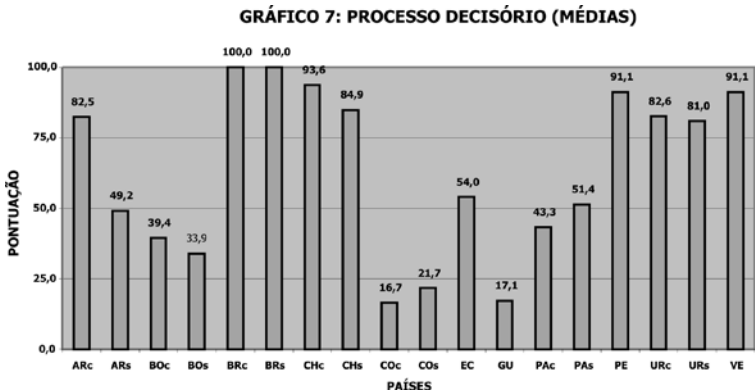
O item “Processo Decisório” é, sem dúvida, um dos mais importantes para o estudo do processo legislativo. Desse item fazem parte importantes variáveis, tais como aquelas relacionadas à sinopse parlamentar e à tramitação das proposições, bem como as íntegras de várias peças legislativas importantes. As informações sobre várias dimensões do processo decisório podem ser resumidas no gráfico abaixo. O gráfico apresenta o desempenho dos três itens fundamentais isoladamente (Sinopses e tramitação de matérias legislativas; íntegras de peças legislativas importantes; informações sobre orçamento), enquanto que a classificação foi obtida com base nas médias do desempenho dos três itens.



Os seguintes comentários gerais podem ser feitos: (i) O Senado Federal e a Câmara dos Deputados apresentam os melhores serviços de acompanhamento de proposições legislativas entre todos os sites sul-americanos e talvez do mundo, conforme pudemos verificar através de uma pré-análise comparativa preliminar; (ii) Deve ser destacado ainda

que esses dois órgãos legislativos apresentam a íntegra de todos os seus diários legislativos, desde o início do funcionamento das casas, sendo os únicos legislativos sul-americanos a fazê-lo. Entretanto, a interface de pesquisa da Câmara é, a nosso ver, bastante superior à do Senado, embora isso não transpareça na pontuação; (iii) O item sobre o qual as informações disponíveis são mais precárias é o item “Orçamento”. Pouquíssimos parlamentos apresentam informações satisfatórias (quando o fazem) sobre orçamento e execução orçamentária, indicando que os legislativos sul-americanos podem avançar muito ainda nesse processo.

As médias referentes às variáveis sobre o processo decisório das casas legislativas sul-americanas, são as registradas pelo gráfico abaixo.



No tocante ao percentual de presença de algumas das variáveis mais importantes sobre a organização do processo decisório das diferentes casas legislativas, elas são dadas pela tabela abaixo:

Tabela 5
Informações sobre processo decisório (%)

		Informações completas		Informações insatisfatórias		Sem informação	
		N	%	N	%	N	%
1	Constituição em formato pdf. ou doc.	18	100,0	0	0,0	0	0,0

2	Regimento Interno	18	100,0	0	0,0	0	0,0
3	Acesso rápido a ementas das leis	16	88,9	1	5,6	1	5,6
4	Busca avançada na legislação	15	83,3	3	16,7	0	0,0
5	Ações da Tramitação	12	66,7	0	0,0	6	33,3
6	Íntegra dos PL	12	66,7	4	22,2	2	11,1
7	Fluxograma de tramitação	11	61,1	2	11,1	5	27,8
8	Acesso rápido a Norma Resultante	11	61,1	0	0,0	7	38,9
9	Diários Legislativas anteriores	11	61,1	3	16,7	4	22,2
10	Matérias explicativos Orçamento	11	61,1	2	11,1	5	27,8
11	Relatório da gestão fiscal da casa	11	61,1	0	0,0	7	38,9
12	Diários Legislativa atual	10	55,6	3	16,7	5	27,8
13	Acesso rápido à tramitação dos PL	8	44,4	5	27,8	5	27,8
14	Acesso rápido a pareceres	6	33,3	0	0,0	12	66,7
15	Proposição de origem da lei	6	33,3	1	5,6	11	61,1
16	Anuário legislativo	6	33,3	0	0,0	12	66,7
17	Remuneração pessoal do parlamentares	5	27,8	0	0,0	13	72,2
18	Acesso rápido a votação da proposição	4	22,2	1	5,6	13	72,2
19	Cadastro e-mail p/acompanhamento	3	16,7	0	0,0	15	83,3
20	Diários de todas as Legislativas	2	11,1	0	0,0	16	88,9
Total		178		25		139	

Todas as casas legislativas sul-americanas apresentam a íntegra de seus documentos básicos (Constituição escrita e Regimento Interno) disponíveis ao público em formato pdf. ou doc, e a maioria delas disponibiliza acesso rápido às ementas (diferente das íntegras) das leis (88,9%), recurso de busca avançada na legislação (83,3%), bem com a íntegra dos projetos de leis apresentados (66,7%). Isso indica que há uma preocupação razoavelmente institucionalizada de tais órgãos legislativos em disponibilizar a íntegra dos principais resultados das deliberações das casas. Entretanto, tão importante quanto o resultado das decisões são os mecanismos deliberativos pelos quais elas são

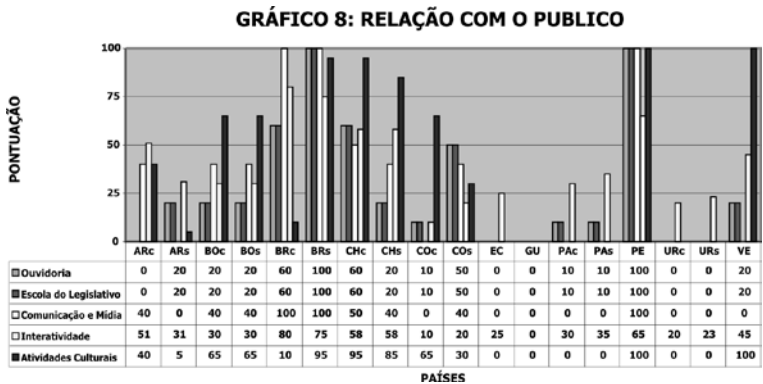
tomadas, bem como as várias fases e etapas do processo decisório que resultou na aprovação das decisões corporificadas em tais documentos. Em relação a esse ponto, as informações ainda são pouco disponíveis para o cidadão, pois menos da metade dos parlamentos sul-americanos disponibilizam informações importantes tais como acesso rápido à tramitação dos projetos de lei (44,4%) e proposições de origem (33,3%), dentre outros itens importantes para a compreensão do processo decisório das casas como, por exemplo, acesso a anuário legislativo ou congêneres (33,3%), acesso rápido a votação das proposições e não apenas a seu registro nos Diários Parlamentares (22,2%) e cadastro para acompanhamento da tramitação das proposições por e-mail (16,7%). Apenas cinco dos parlamentos estudados disponibilizam na Net dados sobre a remuneração de seus parlamentares (22,2%) sendo que, conforme já observado, apenas o Senado Federal e a Câmara dos Deputados brasileiros disponibilizam a íntegra de seus Diários digitalizados desde o início de suas sessões e reuniões legislativas.

4.5. Relação com o público.

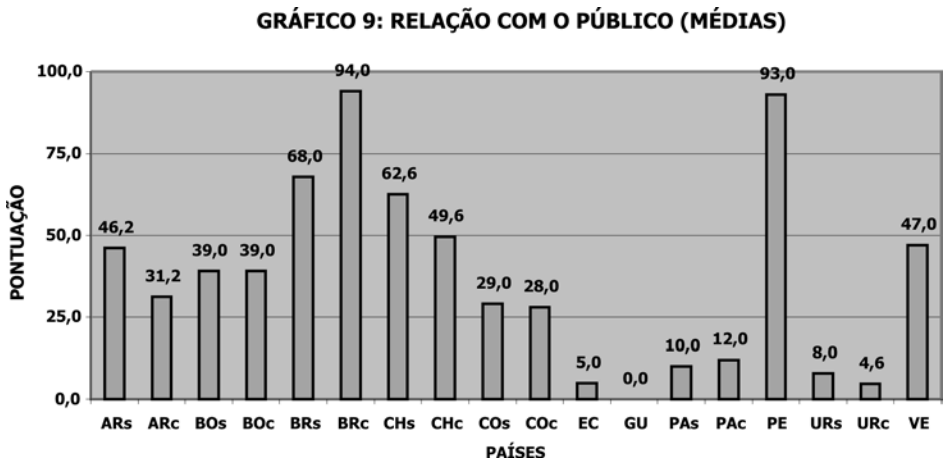
O item “Relação com o público” procura mapear os mecanismos criados pelos parlamentos sul-americanos para a “comunicação vertical” com a opinião pública e com os cidadãos de uma maneira geral, incluindo aquelas atividades parlamentares que transcendem, por assim dizer, o dia-a-dia do funcionamento parlamentar e do processo de elaboração legal. O gráfico abaixo apresenta o desempenho de cinco itens fundamentais (Ouvidoria e Conselho de Ética; Atividades da Escola do Legislativo ou programa afim; Comunicação e Mídia; Interatividade e Atividades Culturais) isoladamente, enquanto que a classificação se baseia nas médias do desempenho dos cinco itens.

Trata-se de uma variável de fundamental importância, pois ela abrange diversas dimensões mais próximas à mensuração do grau de

“interatividade” propriamente dita dos parlamentares com os cidadãos vigentes em cada legislativa. Os indicadores de desempenho de cada item isoladamente encontram-se expressos no gráfico abaixo, e as médias registradas em seguida.



Como pode ser verificado pelos gráficos, a imensa maioria dos legislativos sul-americanos apresenta um grau insatisfatório de informatização nesses quesitos (14/18= 77,8%), possuindo ainda um amplo espaço para a melhoria e aperfeiçoamento na interação vertical com o eleitor. Esse dado corrobora estudos empíricos recentes (BRAGA, REIS & MARTINS, 2006), segundo os quais há um baixo grau de interatividade entre parlamentares e eleitores no processo legislativo, sendo que os recursos tecnológicos disponíveis para tal interação ainda são claramente subutilizados.



Verificamos que a maioria das home pages dos legislativos sul-americanos possui baixo grau de informatização em suas relações com o público, devendo ser sublinhado o fato de nenhum site legislativo ter atingido a pontuação máxima. Apenas dois web sites têm desempenho satisfatório nesse quesito (BRC; PE), revelando maior preocupação em interagir com o eleitor e com a opinião pública de uma maneira geral. Destacam-se, a esse respeito, iniciativas tais como a do site do Senado chileno, que possui votações simuladas de projetos de leis em tramitação, uma importante inovação que não está presente mesmo em web sites altamente informatizados como o da Câmara dos Deputados brasileira.

No tocante ao percentual de presença de algumas das variáveis mais importantes sobre a relação das diferentes casas com o cidadão-internauta através do recurso a mídia de variada natureza, eles são dados pela seguinte tabela:

Tabela 6
Relação com público/interatividade (%)

		Informações completas		Informações insatisfatórias		Sem informação	
		N	%	N	%	N	%
1	Formulários específicos para contatos	10	55,6	1	5,6	7	38,9
2	Release dos principais projetos em pauta	10	55,6	4	22,2	4	22,2
3	Transmissão de TV pela Web	9	50,0	0	0,0	9	50,0
4	Periódicos circulação regular (elet. ou pdf)	9	50,0	2	11,1	7	38,9
5	Fóruns ou chats de debates	9	50,0	0	0,0	9	50,0
6	Acesso ao acervo da Biblioteca	8	44,4	2	11,1	8	44,4
7	Escola do Legislativo ou afim	7	38,9	2	11,1	9	50,0
8	Legislação/orçam. Participativo	7	38,9	2	11,1	9	50,0
9	Cadastro/subscrição de notícias p/e-mail	7	38,9	1	5,6	10	55,6
10	Formulário de sugestões para melhoria	7	38,9	2	11,1	9	50,0

11	Avaliação do desempenho/sugestões	7	38,9	0	0,0	11	61,1
12	Acervo dos chats ou fóruns realizados	6	33,3	3	16,7	9	50,0
13	Editora/aquisição livros on-line	6	33,3	1	5,6	11	61,1
14	Íntegras de publicações da casa em pdf	5	27,8	2	11,1	11	61,1
15	Acervo Sonoro das sessões e eventos	4	22,2	3	16,7	11	61,1
16	Acesso a textos/consultoria	4	22,2	1	5,6	13	72,2
17	Votação virtual de proposições	4	22,2	3	16,7	11	61,1
18	Programação de TV on-line	4	22,2	0	0,0	14	77,8
19	Ações e resultados do programa	3	16,7	2	11,1	13	72,2
20	Transmissão de rádio pela Web	2	11,1	2	11,1	14	77,8
Total		118		32		192	

Como observado, o item “relação com o público” foi o que obteve menor pontuação, indicando que os legislativos sul-americanos precisam avançar muito em relação a esse ponto, mesmo se considerarmos que os dados acima mensuram apenas uma dimensão — a mais visível e superficial — da chamada “interatividade” dos órgãos legislativos com os cidadãos¹⁹. Foi também a dimensão que obteve a maior frequência de itens “sem informação”. Os itens com maior frequência foram aqueles que disponibilizam ou facilitam a obtenção de informações sobre o funcionamento da casa para o público mais amplo, tais como “formulários para contato com a casa” (55,6%) e release ou resumo explicativo de alguns dos principais projetos em discussão nos parlamentos. Por outro lado, apenas metade dos legislativos sul-americanos possui serviço ativo de transmissão de TV pela

¹⁹ Isso porque, para avançar de fato em estudos mais completos sobre a “interatividade” dos órgãos legislativos e de outros segmentos da administração pública com os cidadãos, seria necessário efetuar pesquisas mais refinadas e testes mais completos. Na realidade, muito esforço de reflexão teórico-metodológica ainda resta a ser feito nesse sentido, conforme observam estudos mais recentes (FERBER et. al., 2005). Para uma tentativa pioneira de mensurar o grau de interatividade dos deputados brasileiros com a opinião pública no processo de elaboração da Lei de Biossegurança, cf. o estudo de Martins (2005). Mencione-se ainda o recente estudo de Silva (2005), avaliando os graus de participação democrática no uso da Internet pelas prefeituras municipais brasileiras.

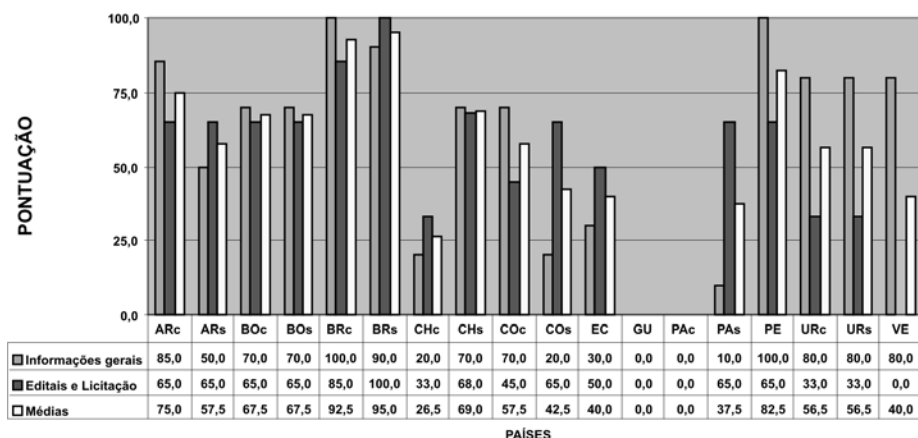
web e disponibilizam pela net periódicos de circulação regular. Todos os demais itens referentes à “Relação com o Público” apresentaram frequência inferior a 50,0%, evidenciando a ausência de informações a respeito de importantes programas de órgãos legislativos tais como Escolas do Legislativo ou programas afins (38,9%) e/ou divulgação de ações ou resultados dos programas (16,7%); acervo dos chats ou fóruns de debates realizados (33,3%); textos de consultoria (22,2%) e votação virtual de proposições (22,2%).

4.6. Administração.

Uma importante precaução metodológica de nossa análise foi evitar a confusão entre as dimensões propriamente políticas (simplicemente, as “atividades-fim” do parlamento), e administrativas (que podem ser consideradas “atividades-meio”, não estritamente relacionadas à dinâmica político-parlamentar e ao processo legislativo stricto sensu) das casas legislativas. Devido a essa postura, nos afastamos do viés de análise dos estudos empreendidos sob a perspectiva da gestão do conhecimento que buscam avaliar o “capital intelectual” existente em home pages de casas legislativas.

Assim, incluímos no item “Administração” aquelas variáveis que, embora também relevantes e relacionadas à transparência dos órgãos legislativos, estão mais vinculadas ao dia-a-dia administrativo das casas, servindo assim de base de apoio técnico às atividades políticas e ao processo de elaboração legal, de fiscalização dos órgãos governamentais e de debate sobre políticas públicas de interesse comunitário, tarefas precípuas dos órgãos parlamentares para os quais faz-se mister a existência de um competente e adequadamente selecionado corpo de funcionários. O gráfico abaixo apresenta o desempenho isolado e as médias dos dois itens fundamentais (Informações administrativas gerais e editais/licitação) que mensuram a presença de itens sobre as atividades administrativas nas páginas das casas legislativas.

GRÁFICO 10: ADMINISTRAÇÃO



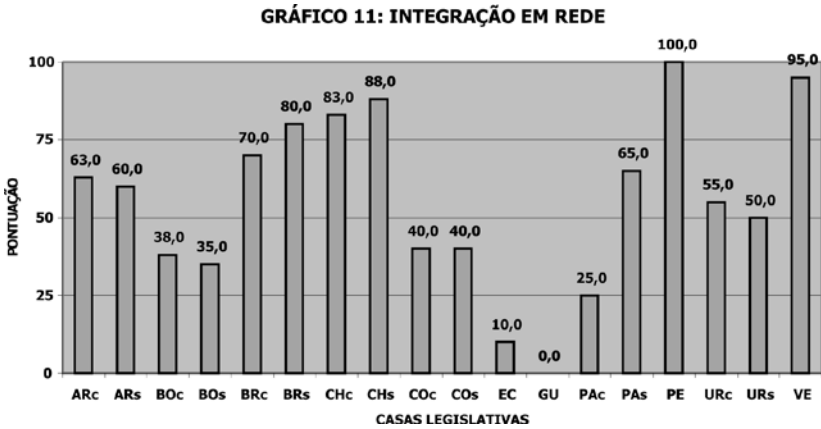
Vemos assim que a maior parte das casas legislativas sul-americanas apresentou pontuação satisfatória no tocante à disponibilização de informações sobre suas atividades administrativas, sendo que apenas 38,9% dos web sites parlamentares sul-americanos apresentaram baixo percentual de informações sobre estes itens.

4.7. Integração em rede com outros órgãos.

Por fim, incluímos outros itens que, grosso modo, podemos dizer que se relacionam à comunicação “horizontal” dos parlamentos com outros órgãos e instituições relevantes, especialmente governamentais.

Via de regra os parlamentos sul-americanos apresentam um desempenho satisfatório sobre esses quesitos. Observe-se, entretanto, que muitos procuram suprir a falta de informações básicas e facilmente acessíveis sobre sua integração com outras instituições políticas e sociais de importância para o seu processo deliberativo interno, inflacionando os respectivos sites com links para outras instituições de natureza alheia ao processo político propriamente dito, inclusive empresas de Turismo. Deve-se destacar ainda, nesse quesito, que boa parte dos sítios dos legislativos sul-americanos não apresenta informações elementares sobre o processo eleitoral, ou mesmo links para

os tribunais eleitorais. A nosso ver, essa é uma deficiência que deve ser detectada e resolvida, pois a relação do parlamentar com seu eleitorado assim como a integração em rede dos órgãos parlamentares com os Tribunais Eleitorais e demais órgãos judiciários é uma das dimensões mais relevantes do funcionamento das democracias parlamentares modernas. Outrossim, importantes informações como, por exemplo, a declaração patrimonial dos parlamentares ou dados sobre seus gastos eleitorais, raramente disponíveis nos órgãos parlamentares, seriam facilmente acessíveis ao cidadão-internauta caso houvesse uma maior preocupação com a integração em rede entre as diferentes instituições políticas democráticas, pelo menos aquelas que são mais relevantes para o funcionamento efetivo de uma democracia parlamentar. Os dados sobre a “integração em rede” entre os órgãos estão expostos no gráfico abaixo.



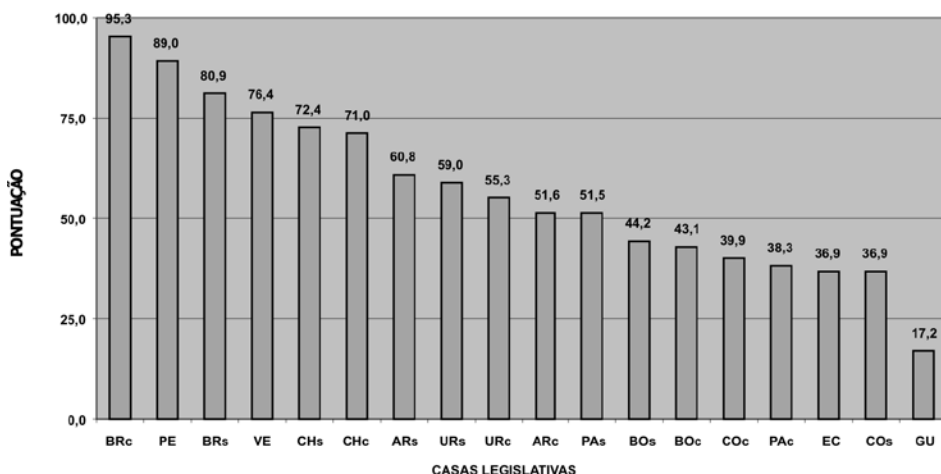
Verificamos assim, mais uma vez, a acentuada desigualdade no desempenho entre os vários órgãos parlamentares no tocante a mais esta dimensão de seu funcionamento.

4.8. Conclusões sobre os legislativos sul-americanos.

Por fim, podemos concluir esse item consolidando os dados anteriormente apresentados e analisando os indicadores conjuntamente. Reunin-

do as informações apresentadas acima, obtemos o seguinte gráfico:

GRÁFICO 12: INFORMATIZAÇÃO DOS SITES PARLAMENTARES (MÉDIA GERAL)



Fonte: Planilha anexa (atualizada até 30 de julho de 2006)

Fazendo uma avaliação global do grau de informatização dos legislativos sul-americanos, podemos constatar a existência de quatro grupos diferenciados de órgãos parlamentares: (1) Legislativos com alto grau de informatização, englobando os sites legislativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal brasileiros, assim como os sites das casas legislativas unicamerais do Peru e da Venezuela, que colocam uma gama relativamente ampla de recursos à disposição do pesquisador e do cidadão comum sobre várias dimensões de seu processo decisório, revelando assim um elevado grau de preocupação com a transparência do funcionamento de tais instituições; (2) unidades com grau médio-alto de informatização, tais como as casas legislativas de países bicamerais como o Chile, a Argentina, o Uruguai, e o Senado paraguaio; (3) unidades com grau médio-baixo de informatização, tais como os parlamentos de países bicamerais como a Bolívia, a Colômbia e unicamerais como o Equador, além da Câmara dos Deputados paraguaia; (4) e, por fim, a Assembleia Nacional da Guiana, o único país da América do Sul cujo site apresentou baixo-grau de informatização.

Assim, de uma maneira geral, e tendo em vista investigações comparativas anteriormente empreendidas por nós mesmos (BRAGA, 2004), podemos observar que os legislativos sul-americanos apresentam níveis razoáveis de informatização, propiciando ao pesquisador e ao cidadão-internauta inúmeros recursos para o conhecimento de seu processo legislativo e de governo. Nota-se, assim, um significativo esforço dos órgãos parlamentares de vários países no sentido de disponibilizarem informações para os cidadãos, processo que consideramos ser simultâneo ao de maior institucionalização das democracias parlamentares nessa região, o que nos leva a antever um cenário futuro bastante diverso daqueles que prevêem um espraiamento de “democracias delegativas” pelo continente. Ao contrário, o que se observa é uma busca consistente e muitas vezes “molecular” de maior transparência do funcionamento dos sistemas políticos, dos órgãos parlamentares e do comportamento dos políticos sul-americanos, e as TICs são um instrumento auxiliar de fundamental importância nesse processo.

Devemos esclarecer ainda que a proposta de mensuração acima apresentada não procurou discriminar os diversos itens analisados pelo grau em que eles se aproximam ou se afastam de um hipotético ideal normativo de “democracia participativa” ou mesmo “direta”, uma preocupação bastante freqüente na literatura sobre as relações entre internet e política, e por autores que buscam organizar os itens encontrados em sites governamentais e políticos por suas funções de “informação”, “comunicação”, “interatividade”, “deliberação” e assim sucessivamente²⁰. Acreditamos que, no estágio atual de desenvolvimento das democracias sul-americanas, mais importante do que detectar a presença de eventuais elementos de “democracia deliberativa” ou mesmo “direta” nos web sites dos órgãos governamentais e legislativos destes países, é caracterizar com a máxima precisão possí-

²⁰ Em seu estudo sobre os “graus de participação democrática” no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras, por exemplo, Sinvaldo Pereira da Silva detecta cinco graus de participação: disponibilidade de informações e de serviços; tomada de decisão e consulta pública; transparência e prestação de contas;

vel até onde estas instituições avançaram na disponibilização de informações de qualidade que tornem mais transparente seu processo decisório para os cidadãos. Julgamos que é a partir do desenvolvimento sistemático e sustentado de tal preocupação em potencializar a transparência das várias dimensões que estruturam o processo decisório de tais órgãos que será possível formar um cidadão mais informado que, eventualmente, demande uma maior participação nos assuntos públicos e no funcionamento destas democracias parlamentares.

5. ANÁLISE DOS WEB SITES BRASILEIROS.

Passemos agora à análise das sete dimensões relevantes presentes nos 29 web sites das casas legislativas brasileiras, em nível federal e estadual, seguindo a mesma metodologia de exposição que empregamos na análise dos legislativos sul-americanos²¹.

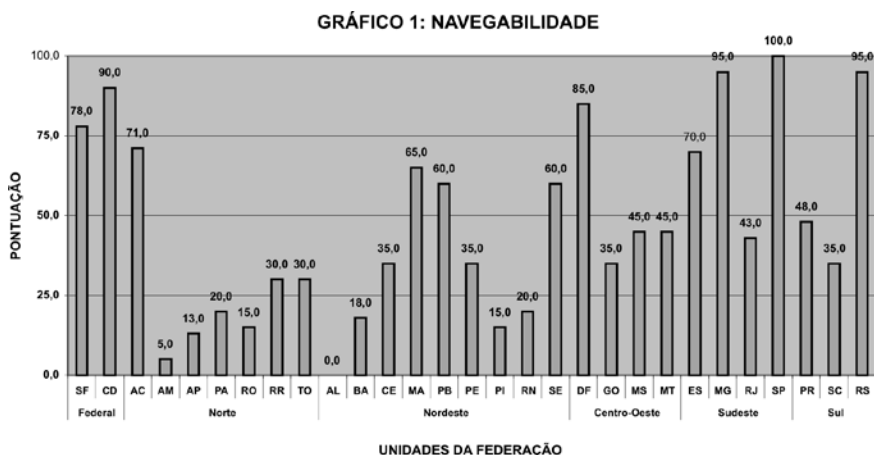
5.1. Informações gerais/Navegabilidade.

Assim como no caso dos legislativos sul-americanos, a primeira dimensão de nossa análise é a que trata de “Informações Gerais/Navegabilidade” disponíveis ao público, que é uma espécie de “porta de entrada” dos sites legislativos, um primeiro contato do cidadão que navega pela Net com as casas parlamentares. Podemos sumarizar os resultados

criação de mecanismos deliberativos; mecanismos de democracia direta (Silva, 2005, p. 454 e segs.). Entretanto, apenas constata a presença ou não de tais itens nos web sites analisados, sem sugerir nenhuma metodologia de hierarquização dos portais que possibilitasse aos gestores de tais órgãos identificar ausência dos mecanismos de “participação” examinados.

²¹ Informações sobre os endereços eletrônicos das home pages das 29 casas legislativas visitadas, assim como outros dados sobre os diferentes órgãos parlamentares, podem ser encontradas no site do Núcleo de Estudos sobre o Congresso (NECON), do IUPERJ (<http://necon.iuperj.br/>), ou nos portais do sistema Interlegis (www.interlegis.gov.br/) e da União dos Legislativos Estaduais Brasileiros (<http://www.unale.org.br/>).

obtidos na análise dos legislativos brasileiros no seguinte gráfico:



O gráfico acima sistematiza as informações contidas no item 1) “Informações gerais/navegabilidade” da planilha contida no anexo 2. Assim como o fizemos para o caso dos legislativos da América do Sul, tais informações estão agrupadas em quatro categorias: (i) Parlamento com alto grau de informatização (100-75 pontos); (ii) Paramentos com grau “médio alto” de informatização (75-50); (iii) Paramentos com grau “médio baixo” de informatização (50-25); (iv) Paramentos com grau “baixo” de informatização (25-00).

Examinando essas informações, podemos observar que seis sites se destacam no quesito “navegabilidade” por possuírem um elevado grau de informatização: SF; CD; DF; MG; SP; RS. Observamos que a maioria dos legislativos estaduais brasileiros (62,1%) ainda apresenta um baixo grau de navegabilidade, revelando serem mais deficientes neste ponto do que os web sites dos legislativos sul-americanos. Verificamos que, no tocante ao quesito “Navegabilidade”, a maior parte das casas parlamentares brasileiras ainda não tem requisitos básicos em suas home page, tais como mapa do site ou mecanismos de busca. Um item importante para o qual atribuímos grande peso na

pontuação das home pages dos órgãos legislativos foi o da existência ou não de mecanismos de busca nos portais, o que facilita enormemente a navegação nos sites e a busca de informações precisas sobre os assuntos pesquisados. Sublinhe-se que muitos web sites apresentam mecanismos de busca em suas páginas iniciais, mas apenas nas notícias veiculadas nas páginas, e não no conteúdo do portais como um todo, sendo que nesses casos foi atribuída pontuação “insatisfatória” [i] aos sites. Como se verá pela tabela abaixo, apenas 27,6% das casas legislativas brasileiras apresentam mecanismos de busca eficientes, um percentual que consideramos extremamente baixo, pois trata-se de um dos principais itens para facilitar e estimular a navegação dos cidadãos-internautas pelos portais, especialmente o leigo em assuntos parlamentares.

O percentual de presença dos vários itens mencionados, pode ser resumido pela tabela abaixo:

TABELA 1
Presença de itens de navegabilidade (%)

		Informações completas		Informações insatisfatórias		Sem informação	
		N	%	N	%	N	%
1	Link de volta para a página inicial visível	23	79,3	2	6,9	4	13,8
2	Link para História da Casa	22	75,9	1	3,4	6	20,7
3	Telefone ou e-mail para contato	20	69,0	2	6,9	7	24,1
4	Há “mapa do site”?	12	41,4	1	3,4	16	55,2
5	Material explicativo sb funcionamento da Casa	10	34,5	4	13,8	15	51,7
6	Mecanismos de busca no site	8	27,6	5	17,2	16	55,2
7	Fácil acesso a Organograma(s) da Casa	8	27,6	3	10,3	18	62,1
8	Visita Virtual /Fotos da Casa	7	24,1	0	0,0	22	75,9
9	Página em Inglês	4	13,8	0	0,0	25	86,2
10	Glossário de Termos Parlamentares	3	10,3	0	0,0	26	89,7
11	Aumento/diminuição de letras	2	6,9	0	0,0	27	93,1

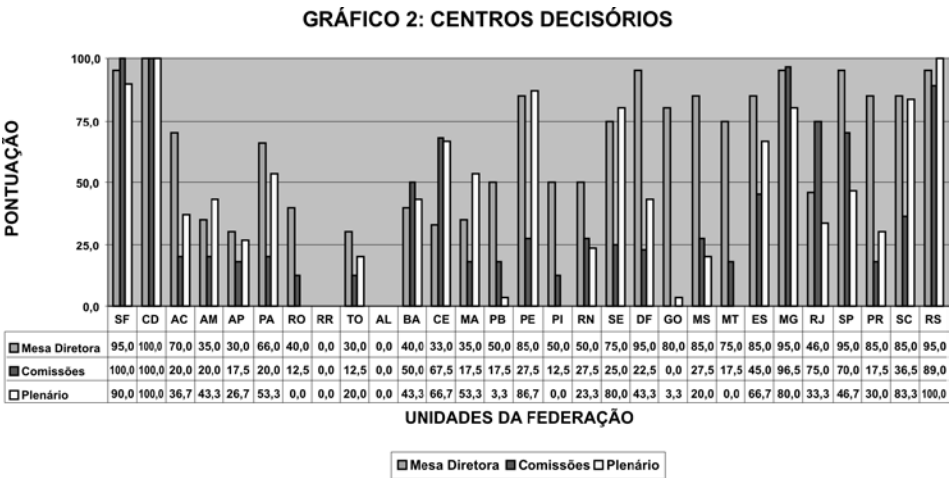
12	Página/links num terceiro idioma	2	6,9	0	0,0	27	93,1
13	Acessibilidade para deficientes	2	6,9	0	0,0	27	93,1
14	Enquete sobre temas polêmicos em discussão	2	6,9	0	0,0	27	93,1
15	Estatísticas de navegação	1	3,4	1	3,4	27	93,1
Total		126	29,0	19	4,4	290	66,7

A tabela nos fornece o percentual de itens de “navegabilidade” nos sites dos legislativos brasileiros. Os itens de maior frequência nas páginas iniciais dos sites legislativos são “link de volta para a página inicial sempre visível” (ou instrumento análogo), com 79,3% dos web sites disponibilizando o uso eficiente de tal recurso; link para História da Casa (75,9%); endereço para contato com a casa (69,0%) e mapa do site (41,2%). Ou seja: priorizam-se aqueles itens que permitem uma navegação, por assim dizer, mais superficial do cidadão-internauta pelos sites, em detrimento de um primeiro contato mais “denso” que estimulasse uma postura mais ativa do visitante. Isso pode ser atestado pelo fato de que a maioria dos sites parlamentares apresenta baixo percentual de presença de alguns itens que poderiam estimular este contato inicial mais “ativo”, tais como estatísticas de navegação (3,4%), enquete sobre temas polêmicos na página inicial (6,9%), mecanismos de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais (6,9%) e glossário de termos parlamentares (10,3%). De uma maneira geral, portanto, embora os sites brasileiros tenham avançado na inclusão de mecanismos que facilitem e estimulem a navegação do cidadão-internauta em seu primeiro contato com os portais das casas legislativas, muito ainda pode ser feito no sentido de aperfeiçoar algumas de tais ferramentas. Itens tais como “Mecanismos de busca”, “Enquetes sobre temas polêmicos em debate” e “Estatísticas de navegação”, por exemplo, podem ser substancialmente melhorados para tornar mais atrativa a navegação nos portais legislativos, especialmente no sentido de criar mecanismos que permitam uma contato mais

prospectivo do cidadão-internauta com as casas legislativas.

5.2. Centros Decisórios.

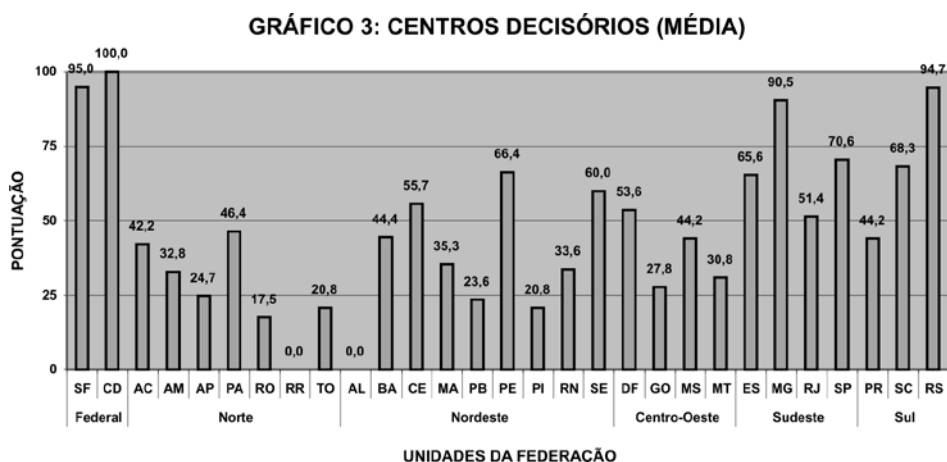
Outra dimensão relevante da organização dos portais legislativos brasileiros, assim como da organização das próprias casas legislativas, são os dados disponíveis na rede sobre os seus centros decisórios ou de poder mais importantes, ou seja, sobre as atribuições e a composição da Mesa Diretora, distribuição partidária, recrutamento das Comissões Permanentes e sobre o funcionamento do Plenário. As informações sobre os centros decisórios dos legislativos brasileiros podem ser resumidas no gráfico abaixo, que apresenta o desempenho das três variáveis (Mesa Diretora/Partidos; Comissões; Plenário) isoladamente, donde derivamos a classificação do grau de informatização baseada nas médias de pontuação.



De uma maneira geral, o desempenho das casas legislativas em relação ao quesito “Mesa Diretora/Partidos” foi elevado, embora inferior ao desempenho médio observado nos parlamentos sul-americanos. Apesar disso, também verifica-se sites dos Legislativos brasileiros uma tendência, já observada em alguns legislativos

sul-americanos, a omitirem o acesso rápido e a fácil visualização da filiação partidária dos deputados, bem como informações importantes sobre o funcionamento mais detalhado do sistema de Comissões, especialmente sobre sua agenda e seu processo decisório, sendo estes alguns dos principais itens de perda de pontuação dos sítios. Assim como no caso da América do Sul, boa parte dos parlamentos estaduais brasileiros também não disponibilizam na internet informações importantes, tais como as íntegras das atas ou resultados das reuniões das Comissões Legislativas, especialmente das Comissões Permanentes mais estratégicas, indicando assim uma importante deficiência destes órgãos parlamentares.

Fazendo as médias dos itens contidos em centro decisórios, obtemos a seguinte pontuação:



Temos, assim, que quatro web sites contam com um elevado grau de informação sobre centros de poder e de tomada de decisão (SF; CD; MG; RS), sendo que apenas a Câmara de Deputados atingiu a pontuação máxima. Por outro lado, o percentual de sites brasileiros que apresentam informações abaixo da média sobre seus centros decisórios (58,6%) é bastante superior ao observado nos órgãos legislativos da América do Sul. No que se refere ao percentual de presença

dos itens mais relevantes contendo informações sobre os “centros decisórios” dos órgãos parlamentares, eles podem ser sumarizados na tabela abaixo:

TABELA 3
Informações sobre centros decisórios (%)

		Informações completas		Informações insatisfatórias		Sem informação	
		N	%	N	%	N	%
1	Composição das Comissões Permanentes	17	58,6	9	31,0	3	10,3
2	Ordens do Dia Plenário	16	55,2	5	17,2	8	27,6
3	Link para Composição da Mesa Diretora	15	51,7	11	37,9	3	10,3
4	Acesso rápido para Representação Partidária	15	51,7	4	13,8	10	34,5
5	Pesquisa Ordem do Dia	14	48,3	3	10,3	12	41,4
6	Diários on-line das últimas reuniões	12	41,4	5	17,2	12	41,4
7	Atas/resultados das últimas reuniões	11	37,9	0	0,0	18	62,1
8	Composição das Comissões Temporárias	11	37,9	5	17,2	13	44,8
9	Agenda do presidente da Casa	8	27,6	0	0,0	21	72,4
10	Ordem do dia Principais Comissões	8	27,6	1	3,4	20	69,0
11	Atas/resultados das reuniões CPs	8	27,6	0	0,0	21	72,4
12	Pesquisa por data nas reuniões CPs	8	27,6	1	3,4	20	69,0
13	Presença dos parlamentares nas sessões	6	20,7	1	3,4	22	75,9
14	Resultados das votações nominais	5	17,2	0	0,0	24	82,8
15	Relatórios CPs	5	17,2	2	6,9	22	75,9
16	Íntegra dos trabalhos da CCJ ou análoga [AR]	4	13,8	0	0,0	25	86,2
17	Relatórios legislatura anterior	4	13,8	1	3,4	24	82,8
18	Link para projetos de lei que tramitam na CCJ	4	13,8	1	3,4	24	82,8
19	Link rápido para Íntegra Pareceres	4	13,8	3	10,3	22	75,9
20	Notas taquigráficas em tempo real	4	13,8	0	0,0	25	86,2
Total		179	30,9	52	9,0	349	60,3

Verificamos que os itens de maior frequência nos sites legislativos

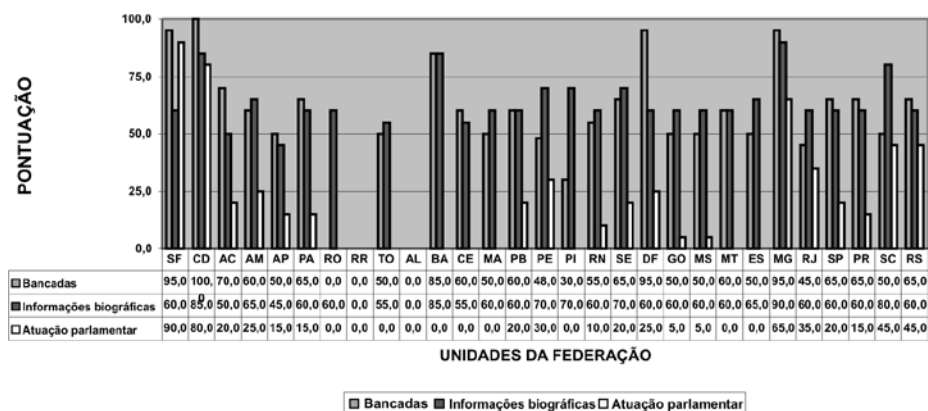
brasileiros são aqueles que se referem à informações sobre a rotina administrativa da casa, evidenciando que boa parte dos sites ainda se preocupa mais em atingir o público interno do que a população mais ampla ou o investigador interessado em pesquisar de maneira mais abrangente o funcionamento destes órgãos parlamentares. Destaque-se ainda o elevado percentual de informações incompletas ou insatisfatórias, ou seja, de dados que, embora estejam disponíveis aos cidadãos-internautas em algum lugar dos portais legislativos, não são imediatamente acessíveis e/ou não apresentam acesso rápido e eficiente. Os itens menos freqüentes por sua vez são “Notas Taquigráficas em Tempo Real” (13,8%), acesso atualizado à integra dos relatórios das Comissões Permanentes, especialmente das Comissões de Constituição e Justiça (13,8%) e outros itens de grande interesse do público, tais como “presença dos parlamentares nas sessões” (20,6%) e “resultados das votações nominais” (17,2%). De uma maneira geral, portanto, os sites brasileiros tendem a valorizar mais as informações sobre suas rotinas administrativas e desvalorizar a divulgação de informações transparentes e de fácil acesso sobre as Comissões, a Representação Partidária, bem como sobre o comportamento dos parlamentares em plenário. Por outro lado, mesmo quando disponibilizam ao cidadão-internauta os dados sobre seus centros decisórios, boa parte das Assembléias o fazem de forma insatisfatória. Este fenômeno também foi observado nos sites legislativos sul-americanos, mas com uma intensidade bastante inferior à verificada nos legislativos estaduais brasileiros.

5.3. Parlamentares.

Uma importante dimensão do funcionamento das diferentes casas legislativas é a disponibilização de dados detalhados sobre a biografia e o comportamento de cada um dos membros das elites parlamentares que possuem mandato em tais casas. É evidente que, quanto mais informações houver sobre seus representantes, e quanto mais siste-

mática for a forma de apresentação de tais informações, maior será a possibilidade de que os eleitores e a opinião pública de uma maneira geral acompanhem e exerçam controle sobre a trajetória e a conduta de tais elites parlamentares. As informações sobre várias dimensões do recrutamento e da atuação política dos parlamentares que fazem parte dos órgãos legislativos podem ser resumidas no gráfico abaixo. O gráfico apresenta o desempenho dos três blocos de variáveis (Bancadas Partidárias, Informações Biográficas, Atuação Parlamentar) isoladamente, enquanto que a classificação foi obtida com base nas médias de desempenho dos mesmos.

GRÁFICO 4: PARLAMENTARES

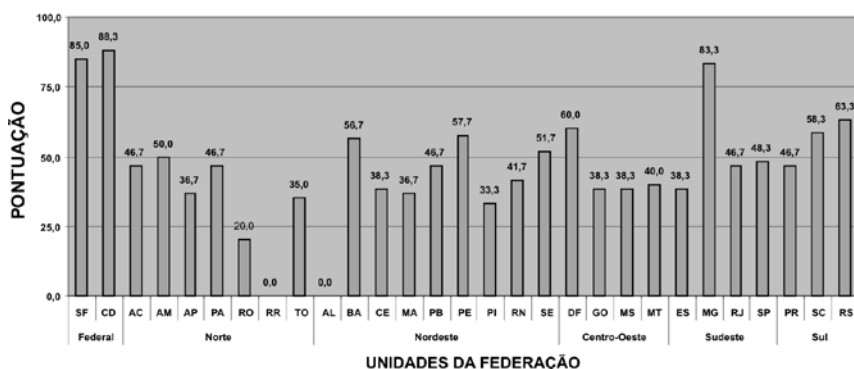


Uma inferência geral que talvez possa ser feita destes indicadores é a de que os sites brasileiros podem se aperfeiçoar bastante na forma de apresentação e de disponibilização dos dados sobre os parlamentares eleitos, tornando mais sistemática sua organização. Nesse sentido, talvez uma atitude recomendável dos gestores das casas legislativas menos pontuadas, seja se inspirar no know how acumulado pelos portais que obtiveram maior pontuação nessa dimensão. Assim como nos legislativos sul-americanos, há uma propensão de alguns legislativos estaduais brasileiros a divulgar informações excessivamente lacônicas e não sistematizadas sobre a trajetória pregressa dos atores nela presentes, transformando os sites legislativos em instrumentos de divulgação genérica de informações dos parlamentares, individu-

almente considerados, constituindo-se em uma espécie de “outdoor virtual” dos políticos, o que pode ser ilustrado pelo fato pitoresco de que praticamente todos os parlamentos disponibilizam fotos dos parlamentares na rede, com exceção do estado de Alagoas, que não possui site na internet, e do estado de Roraima. Reitere-se também que alguns sites bem estruturados não foram incluído da categoria “Alto Grau de Informatização”, devido ao fato de não pontuarem em itens importantes, tais como a omissão de destaque às filiações partidárias anteriores dos parlamentares, ausência de link individualizado sobre o posicionamento dos deputados nas votações nominais etc. É o caso da ALESP e da ALERS, por exemplo, que, por causa da ausência do detalhamento sobre importantes dimensões do recrutamento e do comportamento de seus deputados não obtiveram a pontuação necessária para serem incluídas na primeira categoria.

As médias dos sites podem ser sintetizadas na tabela abaixo.

GRÁFICO 5: PARLAMENTARES (MÉDIA)



Temos, assim, apenas três web sites que conseguiram um alto grau de informatização na média global sobre parlamentares (SF; CD; MG), disponibilizando na rede informações sistemáticas e satisfatórias sobre a trajetória política e o comportamento parlamentar de seu corpo de representantes, uma proporção que podemos considerar baixa. No que se refere ao percentual de presença dos itens mais relevantes contendo informações sobre os parlamentares, eles podem ser sumari-

dos na tabela abaixo:

TABELA 4
Informações sobre parlamentares (%)

		Informações completas		Informações insatisfatórias		Sem informação	
		N	%	N	%	N	%
1	Fotografia do parlamentar	26	89,7	1	3,4	2	6,9
2	Contatos dos parlamentares	25	86,2	0	0,0	4	13,8
3	Perfil individual da maioria dos parlamentares	24	82,8	1	3,4	4	13,8
4	Quadro de bancadas com filiações	21	72,4	5	17,2	3	10,3
5	Principais proposições de autoria do deputado	10	34,5	5	17,2	14	48,3
6	Dados sobre Legislaturas anteriores	7	24,1	2	6,9	20	69,0
7	Destaque para cargos anteriores	7	24,1	3	10,3	19	65,5
8	Límk para íntegra dos discursos [AR]	7	24,1	0	0,0	22	75,9
9	Quadro comparativo eleitos X atuais	5	17,2	0	0,0	24	82,8
10	Link para atuação nas Comissões	3	10,3	0	0,0	26	89,7
11	Links para web sites dos parlamentares	3	10,3	4	13,8	22	75,9
12	Filiações partidárias anteriores	3	10,3	0	0,0	26	89,7
13	Link para votação do parlamentar	3	10,3	2	6,9	24	82,8
14	Edita perfis biográficos	3	10,3	0	0,0	26	89,7
15	Serviço de clipping dos parlamentares	3	10,3	3	10,3	23	79,3
16	Votação nominal individualizada [AR]	2	6,9	0	0,0	27	93,1
17	Índice de presença nas sessões individualizado	1	3,4	0	0,0	28	96,6
18	Planilha Excel com dados sobre os parlamentares	1	3,4	1	3,4	27	93,1
19	Declaração patrimonial do parlamentares	0	0,0	0	0,0	29	100,0
20	Principais propostas ou metas eleitorais	0	0,0	0	0,0	29	100,0
Total		154	26,6	27	4,7	399	68,8

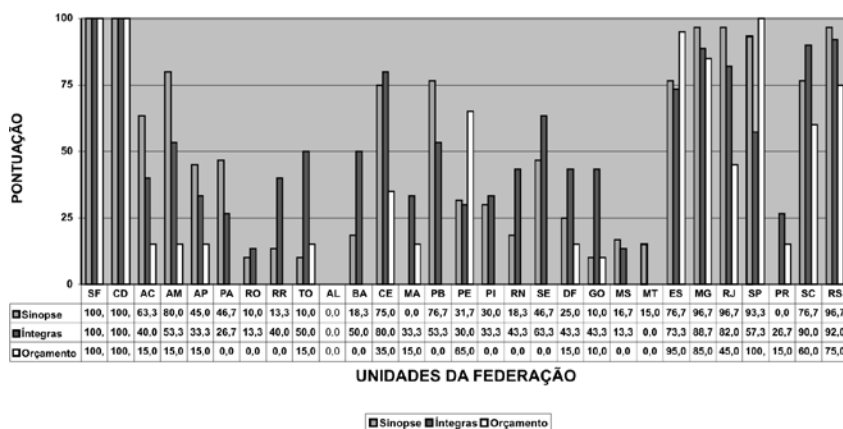
A tabela nos fornece o percentual de informações sobre os parlamentares existentes nos sites dos legislativos brasileiros. Os itens de maior freqüência nas páginas dos sites legislativos brasileiros

são aqueles que se referem à divulgação de informações biográficas genéricas sobre os parlamentares, tais como fotografia do parlamentar (89,7%), e-mail para contato (86,2%) e página com perfil individual da maioria dos parlamentares eleitos para as diferentes Assembléias (82,6%). Muitas informações de significativa importância para o cidadão-internauta simplesmente não estão disponíveis ou o são de forma bastante deficiente, tais como link individualizado para índice de presença nas sessões (3,4%), informações sobre edição de perfis biográficos ou publicação análoga (10,3%), destaques para filiações partidárias e cargos administrativos anteriormente ocupados pelos parlamentares, e assim por diante. Nenhum dos portais consultados apresentou informações sobre a declaração patrimonial ou as metas eleitorais dos vários parlamentares eleitos, embora alguns web sites já estejam disponibilizando links individualizados para votação nominal das proposições debatidas em plenário, o que não ocorreu na pesquisa anterior sobre os legislativos sul-americanos.

5.4. Processo decisório.

O item “Processo Decisório” é, sem dúvida, um dos mais importantes para o estudo do processo legislativo. Desse item fazem parte importantes variáveis, tais como aquelas relacionadas à sinopse parlamentar, à elaboração e execução do orçamento, à tramitação das proposições, bem como as íntegras de várias peças legislativas importantes. As informações sobre várias dimensões do processo decisório podem ser resumidas no gráfico abaixo. O gráfico apresenta o desempenho dos três itens fundamentais isoladamente (Sinopses e tramitação de matérias legislativas; íntegras de peças legislativas importantes; informações sobre orçamento), enquanto que a classificação foi obtida com base nas médias do desempenho dos três itens.

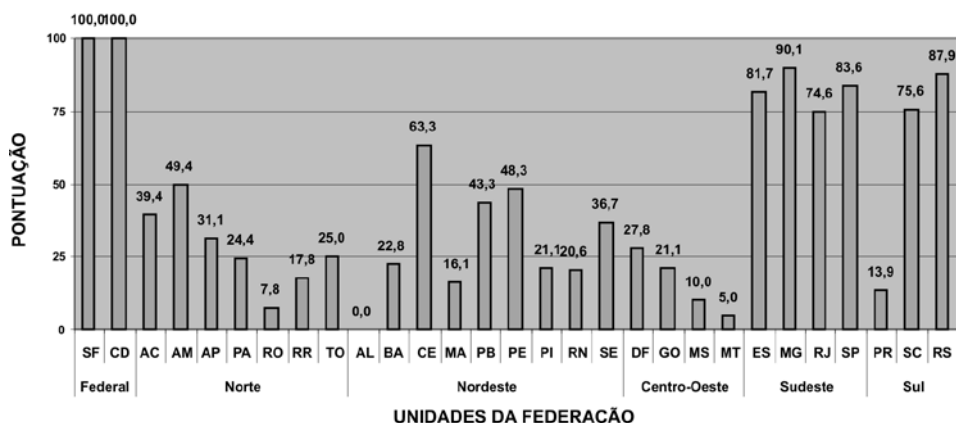
GRÁFICO 6: PROCESSO DECISÓRIO



Assim como na pesquisa anterior sobre os sites sul-americanos, os portais do Senado Federal e da Câmara dos Deputados foram os únicos a atingir pontuação máxima em todos os itens sobre processo decisório. Uma novidade é que informações sobre o processo de elaboração do orçamento e da execução orçamentária pelo Executivo, itens sobre os quais existiam poucas informações na pesquisa anterior, já começam a ser disponibilizados com mais frequência na rede. Destaque-se, a esse respeito, o site da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, a única Assembléia Legislativa brasileira a apresentar um arquivo em formato pdf contendo as emendas individuais dos parlamentares sugeridas e aprovadas à lei orçamentária, um exemplo que deveria ser seguido por todas as casas legislativas brasileiras. Podemos observar também que ainda são escassas nos sites legislativos informações detalhadas e desagregadas sobre a execução orçamentária e sobre o cronograma de liberação de verbas pelos Executivos estaduais, sendo que a maior parte das vezes tais dados são disponíveis num nível elevado de agregação, dificultando o acompanhamento sistemático da execução orçamentária pelo cidadão-internauta sem acesso aos sistemas intranet das casas legislativas. Entretanto, dado o estágio atual de uso das TICs pelos legislativos estaduais brasileiros, tais informações foram pontuadas como “satisfatórias” e completas, mesmo quando fornecidas de maneira agregada.

As médias referentes às variáveis sobre o processo decisório das casas legislativas brasileiras, são as registradas pelo gráfico abaixo.

GRÁFICO 7: PROCESSO DECISÓRIO (MÉDIAS)



Observa-se pelo gráfico que, especialmente nas regiões sudeste e sul do país, com exceção do estado do Paraná, já sedimentou-se uma sólida cultura política no interior das Assembleias Legislativas de disponibilizar informações sobre as sinopses e o processo orçamentário das casas. Dada a natureza desse estudo, devemos sublinhar que não efetuaremos observações sobre a qualidade dos dados sobre processo decisório contidos dos portais legislativos brasileiros. Cabe apenas observar aqui que, embora boa parte dos sites pesquisados apresentem tais informações, elas muitas vezes são de difícil consulta e disponíveis num formato pouco amigável, especialmente ao internauta leigo, sem treinamento específico para o acesso a tais informações. Por exemplo, alguns web sites apresentam complicados mecanismos de busca e de acesso às tramitações das proposições legislativas, o que torna extremamente trabalhosa a consulta a tais informações pelos cidadãos.

No tocante ao percentual de presença de algumas das variáveis mais importantes sobre a organização do processo decisório das di-

ferentes casas legislativas, elas são dadas pela tabela abaixo:

Tabela 5
Informações sobre processo decisório (%)

		Informações completas		Informações insatisfatórias		Sem informação	
		N	%	N	%	N	%
1	Constituição em formato pdf. ou doc.	23	79,3	3	10,3	3	10,3
2	Acesso rápido a ementas das leis	23	79,3	1	3,4	5	17,2
3	Busca avançada na legislação	14	48,3	3	10,3	12	41,4
4	Principais ações da tramitação PLs	14	48,3	1	3,4	14	48,3
5	Relatório da gestão fiscal da casa	14	48,3	1	3,4	14	48,3
6	Acesso rápido à tramitação dos PL	13	44,8	3	10,3	13	44,8
7	Íntegra dos PL	12	41,4	2	6,9	15	51,7
8	Diários Legislação atual	11	37,9	3	10,3	15	51,7
9	Link para leis orçamentárias	10	34,5	1	3,4	18	62,1
10	Fluxograma de tramitação	10	34,5	1	3,4	18	62,1
11	Acesso rápido a norma resultante	9	31,0	1	3,4	19	65,5
12	Diários Legislaturas anteriores	8	27,6	2	6,9	19	65,5
13	Acesso rápido a pareceres	8	27,6	0	0,0	21	72,4
14	Proposição de origem da lei	7	24,1	1	3,4	21	72,4
15	Matérias explicativas Orçamento	6	20,7	1	3,4	22	75,9
16	Remuneração pessoal do parlamentares	5	17,2	0	0,0	24	82,8
17	Acesso rápido a votação da proposição	5	17,2	1	3,4	23	79,3
18	Anuário legislativo	4	13,8	3	10,3	22	75,9
19	Cadastro e-mail p/acompanhamento	4	13,8	0	0,0	25	86,2
20	Diários de todas as Legislaturas	2	11,1	0	0,0	16	88,9
Total		179	32,3	26	4,7	349	63,0

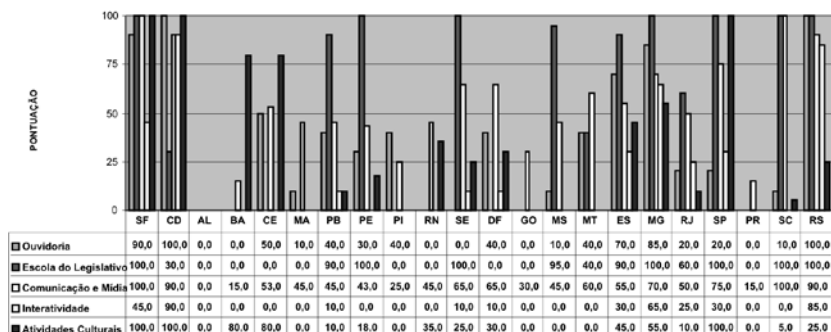
Comparando os dados dos legislativos estaduais brasileiros com os obtidos anteriormente sobre os legislativos sul-americanos, verificamos que é significativamente inferior o grau de transparência

atingido pelos parlamentos das unidades subnacionais brasileiras vis-à-vis seus congêneres sul-americanos. Como ilustrado pelas tabelas, as informações ainda são pouco disponíveis para o cidadão, pois menos da metade dos parlamentos brasileiros disponibilizam informações importantes tais como acesso rápido à tramitação dos projetos de lei (48,8%), íntegra atualizada dos Diários da legislatura atual (37,9%), íntegra ou link para íntegra das leis orçamentárias (34,5%), acesso rápidos para proposições de origem das leis (241%), dentre outros itens importantes para a compreensão do processo decisório das casas. Apenas cinco dos parlamentos estudados disponibilizam na Net dados sobre a remuneração de seus parlamentares (22,2%) sendo que, conforme já observado, apenas o Senado Federal e a Câmara dos Deputados brasileiros disponibilizam a íntegra de seus Diários digitalizados desde o início das sessões e reuniões legislativas das casas legislativas.

5.5. Relação com o público.

No tocante ao item “Relação com o público”, o gráfico abaixo apresenta o desempenho de cinco itens fundamentais (Ouvidoria e Conselho de Ética; Atividades da Escola do Legislativo ou programa afim; Comunicação e Mídia; Interatividade e Atividades Culturais) isoladamente, enquanto que a classificação se baseia nas médias do desempenho dos cinco itens.

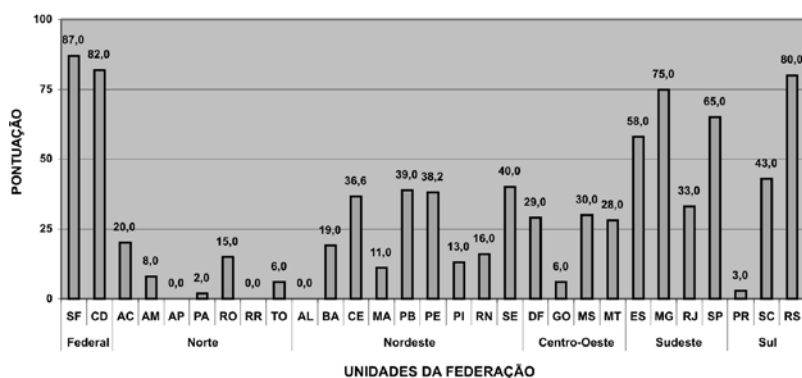
GRÁFICO 8: RELAÇÃO COM O PÚBLICO



UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Como observado, trata-se de uma dimensão de fundamental importância para a avaliação da preocupação com a transparência por parte das casas legislativas, pois ela abrange vários aspectos mais próximos à mensuração do grau de “interatividade” propriamente dita dos parlamentares com os cidadãos vigentes parlamento. As médias do grau de presença de cada bloco de variáveis que organizam a relação das casas legislativas brasileiras com o público mais amplo sobre outros aspectos que não as suas rotinas decisórias, encontra-se resumido no gráfico abaixo:

GRÁFICO 8: RELAÇÃO COM O PÚBLICO (MÉDIAS)



Assim como ocorre com os parlamentos dos países sul-americanos, verificamos que a maioria das home pages dos legislativos brasileiros ($22/29 = 75,8\%$) possui baixo grau de informatização em suas relações com o público, devendo ser sublinhado o fato de nenhum site legislativo ter atingido a pontuação máxima. Apenas quatro web sites têm desempenho satisfatório nesse quesito (SF; CD; MG; RS), revelando maior preocupação em interagir com o eleitor e o cidadão médio. Assim, a maior parcela dos legislativos brasileiros apresenta um grau insatisfatório de informatização nesses quesitos, possuindo ainda um amplo espaço para a melhoria e aperfeiçoamento na interação vertical com o eleitor. Esse dado corrobora estudos empíricos recentes (BRAGA, REIS & MARTINS, 2006), segundo os quais há um baixo grau de interatividade entre parlamentares e eleitores no processo legislativo, sendo que os recursos tecnológicos disponíveis para tal interação ainda são claramente subutilizados.

No tocante ao percentual de presença de algumas das variáveis mais importantes sobre a relação das diferentes casas com o cidadão de uma maneira geral através do recursos a mídia de variada natureza, eles são dados pela seguinte tabela:

Tabela 6
Relação com público/interatividade (%)

		Informações completas		Informações insatisfatórias		Sem informação	
		N	%	N	%	N	%
1	Serviço de notícias atualizado	24	82,8	0	0,0	5	17,2
2	Transmissão de TV pela Web	13	44,8	5	17,2	11	37,9
3	Periódicos circulação regular (elet. ou pdf)	13	44,8	0	0,0	16	55,2
4	Escola do Legislativo ou afim	13	44,8	2	6,9	14	48,3
5	Contato para denúncias	13	44,8	0	0,0	16	55,2
6	Escola do Legislativo: ações e resultados	12	41,4	0	0,0	17	58,6
7	Programação de TV on-line	12	41,4	0	0,0	17	58,6
8	Acervo Sonoro das sessões e eventos	11	37,9	2	6,9	16	55,2
9	Existência de ouvidoria ou análogo	10	34,5	1	3,4	18	62,1
10	Acesso ao acervo da Biblioteca	9	31,0	0	0,0	20	69,0
11	Íntegras de publicações da casa	9	31,0	1	3,4	19	65,5
12	Cadastro/subscrição de notícias p/e-mail	8	27,6	0	0,0	21	72,4
13	Formulários para contatos	7	24,1	0	0,0	22	75,9
14	Acesso a textos/consultoria	5	17,2	0	0,0	24	82,8
15	Legislação/orçam. participativo	4	13,8	1	3,4	24	82,8
16	Transmissão de rádio pela Web	4	13,8	1	3,4	24	82,8
17	Formulário de sugestões para melhoria	3	10,3	1	3,4	25	86,2
18	Fóruns ou chats de debates	2	6,9	1	3,4	26	89,7
19	Acervo dos chats ou foruns realizados	1	3,4	2	6,9	26	89,7
20	Votação virtual de proposições	0	0,0	1	3,4	28	96,6
		173	29,8	18	3,1	389	67,1

Fonte: BDPIT

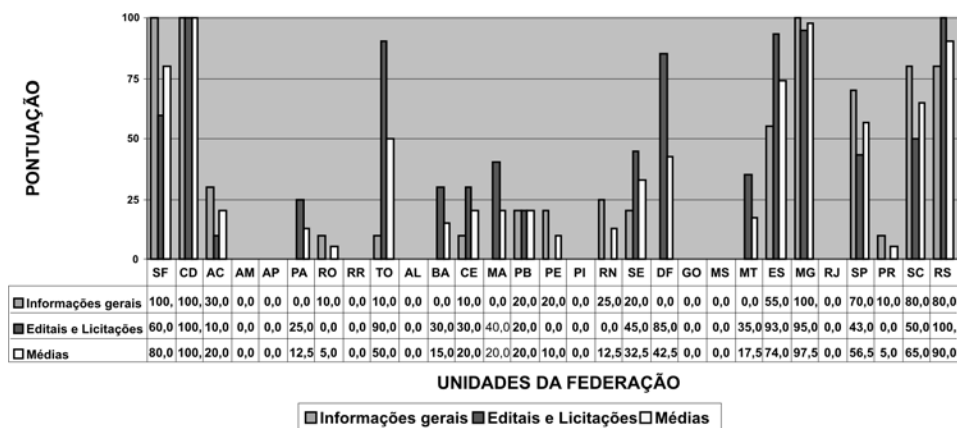
Como pode ser observado pelos dados contidos na Tabela 7, mais adiante, a dimensão “Relação com o público” foi a que obteve menor pontuação dentre todas as constantes da organização dos sites legislativos (39,7), indicando que ainda resta um significativo espaço para avanço dos parlamentos brasileiros em relação a esse ponto, mesmo se considerarmos que os dados acima mensuram apenas uma dimensão — a mais visível e superficial — da chamada “interatividade” dos órgãos legislativos com os cidadãos. Foi também a dimensão que obteve a maior frequência de itens “sem informação”, sendo que os itens mais frequentes foram aqueles que divulgam informações cotidianas das casas legislativas para o público, tais como “serviços de notícia atualizados” (82,8%), “transmissão de TV em tempo real pela web” (44,8%), e a edição de periódicos de circulação regular pelas casas legislativas (44,8%). Por outro lado, os itens que possibilitam uma maior interatividade propriamente dita entre o público e as assembleias de representantes foram aqueles menos presentes nos portais, tais como “votação virtual de proposições” (0,0%), “acervos dos chats realizados” (3,4%), “legislação/orçamento participativo” (13,8%) e assim sucessivamente. Deve ser destacado também que praticamente todos os itens mais relevantes responsáveis pela relação direta com o público obtiveram um percentual inferior a 50,%, evidenciando mais uma vez que, apesar dos avanços, muito trabalho resta a ser feito nas casas legislativas brasileiras no sentido de uma maior divulgação de suas atividades para a opinião pública de uma maneira geral..

5.6. Administração.

Como afirmamos anteriormente, o viés de análise adotado no presente estudo é um pouco diferente daqueles empreendidos sob a perspectiva da gestão do conhecimento, que tendem a amalgamar os aspectos administrativos das atividades parlamentares, com as “atividades-fim” propriamente ditas dos órgãos legislativos, referentes à dinâmica de seu processo decisório e à organização da representação política propriamente dita.

Por este motivo, optamos por caracterizar uma dimensão propriamente administrativa do funcionamento dos órgãos legislativos, referentes às informações disponíveis nos web sites parlamentares a respeito de algumas atividades de suporte existentes nas várias casas às funções básicas a serem desempenhadas pelos parlamentos estaduais. Assim, incluímos no item “Administração” aquelas variáveis que, embora também relevantes e relacionadas à transparência dos órgãos legislativos, estão mais vinculadas ao dia-a-dia administrativo das casas, servindo assim de base de apoio técnico às atividades políticas e ao processo de elaboração legal, de fiscalização dos órgãos governamentais, e de debate sobre políticas públicas de interesse comunitário, tarefas precípuas dos órgãos parlamentares para os quais é indispensável a existência de um competente e adequadamente selecionado corpo de funcionários. O gráfico abaixo apresenta o desempenho isolado e as médias dos dois itens fundamentais (Informações administrativas gerais e editais/licitação) que mensuram a presença de itens sobre as atividades administrativas nas páginas das casas legislativas.

GRÁFICO 9: ADMINISTRAÇÃO



Esse item é um dos que apresenta a maior proporção de órgãos legislativos com graus insatisfatórios de informatização, indicando assim que o processo administrativo da maior parte das casas legislativas brasileiras é pouco transparente, e que pode ser significativamente

te melhorado. Observamos que apenas 7 das 29 casas legislativas brasileiras examinadas disponibiliza na rede informações satisfatórias sobre suas rotinas administrativas. No tocante à frequência dos itens presentes sobre a Administração das casas, ela nos é representada pela seguinte tabela:

Tabela 7
Informações sobre administração (%)

	Informações completas		Informações insatisfatórias		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%
1 Informações sobre licitações em andamento	14	48,3	0	0,0	15	51,7
2 Integras dos editais das licitações	12	41,4	2	6,9	15	51,7
3 Contatos do público com direção administrativa.	11	37,9	0	0,0	18	62,1
4 Organograma da administração da casa	8	27,6	1	3,4	20	69,0
5 Relação da direção administrativa e cargos	7	24,1	0	0,0	22	75,9
6 Informações gerais sobre concursos públicos	7	24,1	1	3,4	21	72,4
7 Lista de empresas fornecedoras da casa	7	24,1	3	10,3	19	65,5
8 Editais dos concursos públicos	5	17,2	0	0,0	24	82,8
9 Gabaritos das provas dos concursos	5	17,2	0	0,0	24	82,8
10 Relação ou número dos Servidores	3	10,3	3	10,3	23	79,3
11 Programas de estágios profissionais	3	10,3	0	0,0	26	89,7
Total	82	25,7	10	3,1	227	71,2

Verificamos assim que são bastante escassas as informações sobre vários aspectos importantes do funcionamento administrativo dos órgãos parlamentares brasileiros. Menos da metade as Assembléias Legislativas disponibiliza acesso rápido e eficiente para tais informações e apenas 25,7% do total potencial de informações possíveis sobre itens relevantes do funcionamento administrativo das Assembléias está disponível na rede.

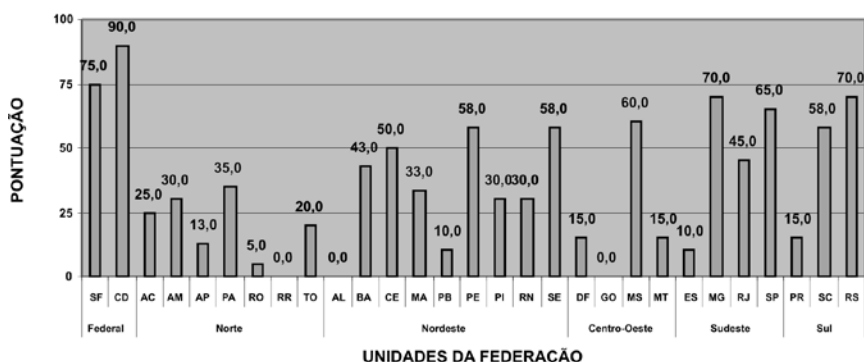
5.7. Integração em rede com outros órgãos e atores .

Por fim, incluímos na conformação de nosso índice outros itens que, grosso modo, podemos dizer que se relacionam à comunicação “horizontal” dos parlamentos com outros órgãos e instituições relevantes, especialmente governamentais.

Com efeito, este é um dos aspectos mais enfatizados por programas tais como o Interlegis, do Senado Federal (<http://www.interlegis.gov.br/>), e iniciativas tais como a do portal da Unale/União dos Legislativos Estaduais (<http://www.unale.org.br/>), que sublinham a necessidade e a importância dos órgãos legislativos integrarem-se em rede não apenas entre si, mas também com outras instituições políticas e sociais relevantes visando a fornecer maior transparência ao processo legislativo.

Como pode ser observado pelo gráfico a abaixo, os legislativos brasileiros ainda apresentam um desempenho insatisfatório em relação a esse ponto. Mais uma vez, apenas os web sites do Senado Federal e da Câmara dos Deputados apresentaram uma ótima pontuação no tocante a este quesito, sendo que das 27 Assembléias Legislativas, 19 (70,3%) apresentam um desempenho insatisfatório no tocante à sua integração em rede com outros órgãos e instituições políticas de especial relevância para o processo legislativo e para o adequado funcionamento de uma democracia parlamentar.

GRÁFICO 10: INTEGRAÇÃO EM REDE COM OUTROS ÓRGÃOS



Em relação ao percentual de frequência dos itens mais relevantes referentes à integração em rede dos legislativos brasileiros com outras instituições políticas, ele é informado pela seguinte tabela:

Tabela 8
Conexão em rede (%)

		Informações completas		Informações insatisfatórias		Sem informação	
		N	%	N	%	N	%
1	Sistema Legislativo Integrado/Interlegis	19	65,5	1	3,4	9	31,0
2	Tribunal de Contas da Unidade	17	58,6	0	0,0	12	41,4
3	Outros legislativos subnacionais	16	55,2	1	3,4	12	41,4
4	Ministério Público da Unidade	14	48,3	0	0,0	15	51,7
5	Resultados de eleições anteriores	11	37,9	0	0,0	18	62,1
6	Link para o Tribunais ou órgãos eleitorais	11	37,9	0	0,0	18	62,1
7	Portal Unale	10	34,5	1	3,4	18	62,1
8	Link p/Diário Oficial da Unidade	8	27,6	2	6,9	19	65,5
9	Partidos Políticos da unidade	5	17,2	1	3,4	23	79,3
10	Legislativos de outros países	3	10,3	1	3,4	25	86,2
11	Associação Brasileira de Escolas do Legislativo	2	6,9	0	0,0	27	93,1
12	Parlamento Latinoamericano	1	3,4	0	0,0	28	96,6
13	Link para União Interparlamentar Mundial	1	3,4	0	0,0	28	96,6
		99	26,26	6	1,6	243	64,5

Pela tabela acima, verificamos que os legislativos estaduais brasileiros estão razoavelmente integrados entre si (65,5% deles possuem vínculos com o sistema interlegis), com outros legislativos subnacionais (55,2%), e com alguns tribunais mais estritamente vinculados ao processo legislativo, tais com os Tribunais de Contas e os Ministérios Públicos estaduais. Chame-se a atenção, entretanto, para o baixo percentual de vínculos diretos para informações sobre eleições nos sites legislativos (37,9%), para os partidos políticos da mesma unidade administrativa (17,2%)

e, especialmente, para outras iniciativas importantes do próprio poder legislativo, tais como o Portal da Unale (com os quais apenas 34,5% dos web sites possuem vínculos) e, especialmente, a União Interparlamentar Mundial (3,4%). Apenas na Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul conseguimos localizar link para essa instituição preocupada internacionalmente com a transparência dos órgãos legislativos (<http://www.ipu.org/english/parlweb.htm>).

5.8. Conclusões sobre a informatização dos legislativos brasileiros.

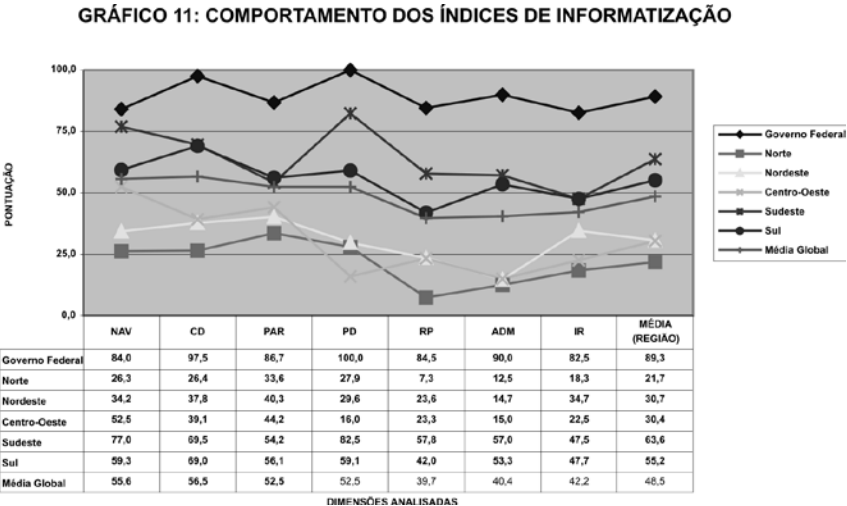
Por fim, podemos concluir nossa análise sobre os legislativos brasileiros consolidando os dados anteriormente apresentados e analisando os indicadores conjuntamente. Consolidando as informações apresentadas acima e agrupando os dados por região, por dimensão e por “índice global de informatização”, temos os seguintes resultados.

5.8.1. Desempenho dos sites parlamentares por região e dimensão:

TABELA 9
GRAU DE INFORMATIZAÇÃO DOS LEGISLATIVOS BRASILEIROS
(POR REGIÃO E POR DIMENSÃO)

	NAV	CD	PAR	PD	RP	ADM	IR	MÉDIA (REGIÃO)
Governo Federal	84,0	97,5	86,7	100,0	84,5	90,0	82,5	89,3
Norte	26,3	26,4	33,6	27,9	7,3	12,5	18,3	21,7
Nordeste	34,2	36,8	39,4	30,2	23,0	14,4	34,7	30,4
Centro-Oeste	52,5	39,1	44,2	16,0	23,3	15,0	22,5	30,4
Sudeste	77,0	69,5	54,2	82,5	57,8	57,0	47,5	63,6
Sul	59,3	69,0	56,1	59,1	42,0	53,3	47,7	55,2
Média (Item)	55,6	56,4	52,3	52,6	39,6	40,4	42,2	48,4

Verificamos que, analisando os dados em termos agregados, há uma acentuada correlação entre a informatização dos legislativos nacionais e o grau de desenvolvimento sócio-econômico das diferentes regiões e unidades administrativas brasileiras. Como é indicado no gráfico abaixo, os legislativos situados em nível federal e nas regiões Sul e Sudeste do país apresentam um desempenho acima da média em todas as dimensões analisadas, enquanto que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentam um comportamento exatamente simétrico.



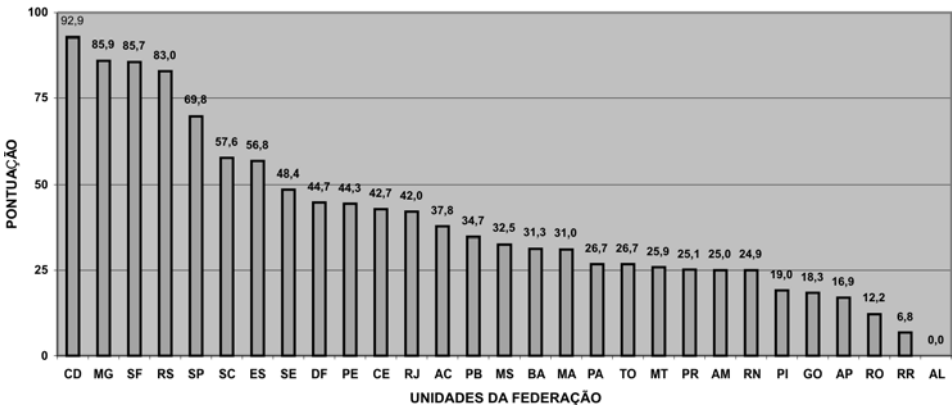
Entretanto, o que é válido em termos excessivamente agregados, pode não sê-lo numa análise “fina” ou mais individualizada. O objetivo desse texto não é o de efetuar testes estatísticos para correlacionar o desempenho dos graus de informatização dos legislativos brasileiros com outras variáveis específicas, muito menos fazer análises qualitativas aprofundadas sobre o desempenho dos web sites de cada uma das casas de representantes individualmente consideradas. Mas, apenas a título de exemplo, devemos mencionar os casos da Assembléia Legislativa do estado do Paraná e da Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro: situados na região Sul e Sudeste do país e com elevado grau de desenvolvimento econômico, tais órgãos legislativos

apresentam graus de informatização insatisfatórios, conforme evidenciado no gráfico abaixo. Isso atesta que, para a análise dos sites individualmente considerados, é necessário introduzir outras variáveis para a explicação de seu nível de informatização, além do mero índice de desenvolvimento econômico e humano das regiões geográficas onde estão situados.

5.8.2) Avaliação global do desempenho dos sites.

Consolidando os dados globais, temos os seguintes resultados:

GRÁFICO 12: GRAU DE INFORMATIZAÇÃO DOS LEGISLATIVOS BRASILEIROS (FEVEREIRO DE 2007)



Fazendo uma avaliação global do grau de informatização dos legislativos brasileiros, podemos constatar a existência de quatro grupos diferenciados de órgãos parlamentares: (1) Legislativos com alto grau de informatização, abrangendo os sites do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e das Assembléias Legislativa de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que colocam uma gama relativamente ampla de recursos à disposição do pesquisador e do cidadão-internauta sobre várias dimensões de seu processo deliberativo; (2) unidades com grau médio-alto de informatização, tais como as Assembléias Legislativas de São Paulo, Santa Catarina e Espírito Santo; (3) unidades com grau médio-baixo de informatização, abrangendo ao todo quatorze

Assembléias Legislativas brasileiras; (4) unidades com baixo grau de informatização, perfazendo um total de oito Assembléias Legislativas. Apenas a Assembléia Legislativa de Alagoas não disponibilizou web site na internet durante todo o período da presente pesquisa.

Assim, de uma maneira geral, e tendo em vista investigações comparativas anteriormente empreendidas por nós mesmos (BRAGA, 2004, 2006), podemos verificar que alguns legislativos brasileiros apresentam níveis razoavelmente elevados de informatização, propiciando ao pesquisador e ao cidadão médio inúmeros recursos para o conhecimento de seu processo legislativo e de governo. Nota-se, assim, um significativo esforço dos órgãos parlamentares de algumas unidades administrativas brasileiras de disponibilizarem informações para os cidadãos-internautas, processo que consideramos ser simultâneo ao de maior institucionalização das democracias parlamentares em várias unidades administrativas, o que nos leva a antever um cenário bastante distinto do predomínio incontestado de um “ultrapresidencialismo estadual” ou de alguma variante de “democracia delegativa” nas unidades subnacionais brasileiras. Ao contrário, o que se verifica é uma ampla diversidade de uso das TICs pelas diferentes casas de representantes, o que é um indício adicional da existência de diferentes “subsistemas políticos” e de padrões diferenciais de relações entre Executivo e Legislativo nas diferentes unidades subnacionais, corroborando assim os resultados de outros estudos que apontaram ritmos distintos de institucionalização dos órgãos parlamentares nos diferentes “subsistemas políticos estaduais” (Santos, 2001). Não há como negar que o grau diferenciado de uso das TICs pelos diferentes legislativos subnacionais, é um indicador adicional deste padrão diversificado.

Entretanto, apesar dos avanços observados a maioria dos web sites ainda apresenta deficiências na disponibilização de informações ao público, fenômeno este que consideramos fortemente correlacionado ao baixo grau de institucionalização dos órgãos legislativos em algu-

mas unidades subnacionais brasileiras e sul-americanas, assim como ao predomínio, no interior destas casas, de uma cultura política avessa à disponibilização de tais informações, que contribuam para a constituição de uma efetiva esfera pública com poder normativo em nível estadual. Detectar com precisão essas deficiências e concentrar esforços para saná-las, pode ser uma importante dimensão do esforço para a institucionalização e o aperfeiçoamento da democracia parlamentar nas unidades subnacionais brasileiras, conforme afirmado nos estudos que servem de pano de fundo mais geral do presente enfoque (NORRIS, 2000; 2001), processo este que é concomitante ao desenho de novos formatos tecnológicos que tornem mais acessíveis e atraentes aos cidadãos de tais unidades informações sobre o funcionamento de seu sistema político.

6. CONCLUSÕES GERAIS

Podemos concluir este trabalho indicando como os resultados desta pesquisa podem auxiliar na avaliação dos impactos do uso das TICs, em geral, e da internet, em particular, no funcionamento dos órgãos legislativos. Com efeito, vários autores (NORRIS, 2001; CORGOZINHO, 2003) têm chamado a atenção para algumas das potencialidades geradas pelo uso das TICs no processo deliberativo das democracias parlamentares modernas. Dentre estas, podemos destacar as seguintes: (1) Informatizar grande parte do processo legislativo, assegurando ao mesmo maior rapidez, eficiência e transparência; (2) promover o acesso em tempo real de um grande volume de informações disponíveis para atores situados em ampla extensão geográfica; (3) aumentar os graus de informação da opinião pública e da população de uma maneira geral sobre o funcionamento do processo legislativo e das instituições políticas democráticas; (4) estimular a ampliação da participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões parlamentares, aumentando o grau de conhecimento e interesse da opinião pública por processos deliberativos que envolvam as relações entre o Executivo e o Legislativo. Em suma, como afirma Corgozinho, através do uso sistemático das TICs pelos órgãos parlamentares, “é possível a construção de uma base nacional unificada de informações legislativas, a troca de experiências e conhecimentos sobre a atividade parlamentar e a integração em rede dos legislativos brasileiros nos três níveis da federação (Câmaras Municipais de Vereadores, Legislativos Estaduais e o Congresso Nacional). Uma tal unificação, sem dúvida, significaria

muito para a recuperação do prestígio do parlamento perante a comunidade, conferindo-lhe maior agilidade, qualidade e assertividade em suas proposições” (CORGOZINHO, 2003).

Esperamos com este estudo ter contribuído para uma avaliação empiricamente mais fundamentada do quanto os órgãos legislativos examinados, brasileiros e sul-americanos, avançaram nessa direção. Acreditamos que, antes de qualquer reflexão de natureza mais ambiciosa ou normativamente orientada sobre os potenciais das TICs para a instauração de uma hipotética “democracia deliberativa” ou mesmo “direta”, é necessário desenvolver instrumentos teórico-metodológicos mais precisos para avaliar os impactos das TICs nas democracias parlamentares realmente existentes. E é necessário também que tais instrumentos sejam simplificados e acessíveis à compreensão dos cidadãos-médios, fazendo com que este aumente o grau de interesse e de percepção dos avanços já efetuados e dos obstáculos a serem superados para a institucionalização de uma efetiva democracia parlamentar, especialmente naqueles países e regiões onde ela ainda é incipiente, ou seja, fracamente institucionalizada. Embora as TICs e a internet não sejam nenhuma panacéia para a solução de todos os problemas de legitimidade vivenciados pelos órgãos parlamentares, as ferramentas por elas propiciadas, desde que adequadamente utilizadas e associadas a um sincero esforço de otimização de seu uso para o aperfeiçoamento das instituições democráticas, podem servir para aumentar a transparência do processo decisório e dos órgãos públicos para a população e, indiretamente, estimular e potencializar a consciência cívica dos cidadãos. Ao fazê-lo, pode a internet interagir de maneira positiva com outros fatores que, nas modernas sociedades do conhecimento, também atuam no sentido de uma ampliação da democracia e da esfera pública, tanto no plano das micro-relações, como no plano da sociedade global.

Esperamos ter contribuído, com este estudo, para uma reflexão

empiricamente mais fundamentada sobre todos estes problemas, ao procurar demonstrar três proposições básicas: (1) que houve e estão havendo significativos avanços no uso das TICs por parte de alguns órgãos legislativos para tornar mais transparente seu processo deliberativo para camadas cada vez mais amplas da população; (2) que este percurso em direção a uma plena transparência dos órgãos parlamentares é percorrido num ritmo bastante desigual pelas diferentes Assembléias de representantes do povo e órgãos públicos por nós analisados; (3) que há necessidade de uma maior interação entre os cientistas sociais e os gestores dos órgãos legislativos no sentido de aperfeiçoar progressivamente os recursos destinados a acelerar tal processo.

Por fim, resta-nos afirmar que este trabalho foi apenas um primeiro esforço de reflexão sistemática sobre o tema de nossa pesquisa. Investigações aprofundadas que captem outras dimensões do impacto da internet sobre o funcionamento das instituições democráticas brasileiras serão objeto de estudos posteriores, especialmente no tocante aos efeitos das TICs no comportamento parlamentar e do eleitor, e no estreitamento da interação entre representantes e representados no processo decisório, assunto já abordado por alguns estudos anteriores empreendidos no bojo da presente investigação (BRAGA et. al., 2006).

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIKENS, G. S. (1998). A democracia eletrônica. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, n. 8, jul./dez. <<http://www.almg.gov.br/CadernosEscola/Caderno8/democracia.asp>>. Acesso em: 19/02/2003.

ARAÚJO, W. F. G.; GOMES, M. P. S. (2005) *Governança eletrônica na América Latina: podemos esperar uma democracia eletrônica?* Rio de Janeiro: IUPERJ/UFGM, 2005. "Paper" apresentado ao "Fórum IUPERJ/UFGM: Democracia e Desenvolvimento na América Latina", Rio de Janeiro. Disponível em: http://neic.iuperj.br/governanaEletronicaNaAmericaLatina_Final.doc Último acesso em: 16. set. 2005.

BRAGA, S. (2004). O impacto da internet no funcionamento das instituições representativas brasileiras: um estudo sobre a informatização dos legislativos estaduais no Brasil. In: HOESCHL, H. C. Anais da Conferência Sul-Americana em Ciência e Tecnologia Aplicada ao Governo Eletrônico. Florianópolis: Editora Digital Ijuris, 2004. 189-200. <http://www.ijuris.org/editora/livros/conegov2004anais.pdf>. Acesso em: jan. 2005.

_____. Internet e Política: um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul. Campinas: III Congresso da ALACIP/Associação Latino-americana de Ciência Política, 2006. 1-29 p. "Paper" publicado nos Anais do III Congresso da ALACIP (CD-Rom).

_____. O impacto da internet nas instituições representativas: um estudo sobre tudo sobre a informatização dos legislativos sul-americanos. In: HOESCHL, H. C. *Anais da III Conferência Sul-Americana em Ciência e Tecnologia Aplicada ao Governo Eletrônico*. Florianópolis: Editora Digital Ijuris, 2006. disponível em: <http://www.ijuris.org/>.

_____; FRANÇA, Andressa Silvério Terra ; MARTINS, Fernando Rafael Santos. O impacto da internet no funcionamento das institui-

ções representativas: o caso do Paraná. Revista Mediações, Londrina, v. 11, n. 1, 2006.

COLEMAN, S. et. al. (2000). Parliament in the age of internet. Oxford: Oxford University Press.

COMITÊ GESTOR DO PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (2006). *Transparência e interação com a sociedade. Portal da Câmara dos Deputados*. Brasília: Câmara dos Deputados. 20 p. Relatório de atividades do Comitê Gestor do Portal da Câmara dos Deputados.

CHANIN, A. et. al. (2004). E-gov.br: a próxima revolução brasileira: eficiência, qualidade e democracia: o governo eletrônico no Brasil e no mundo. São Paulo: Prentice Hall.

CORGOZINHO, I. (2003). A democracia eletrônica em Minas Gerais. Fronteira Virtual, S.l., <<http://www.frenteiravirtual.com.br/art016.htm>> Acesso em: 02 mar. 2003.

CÔTÉ, F. (2004). *Parliamentary institutions and cyber-democracy. Canadian Parliamentary Review*, Québec, v. 27, n. 3, p. 23-26, aut. 2004. Disponível em: <http://www.parl.gc.ca/Infoparl/english/index.htm>. Acesso em: 20/07/2006.

CUNHA, M. A. V. C.; CORRÊA, S. M.; DUCLÓS, L. C. (2005). *Interação entre Executivo e Legislativo apoiada por TI*. São Paulo: CATI 2005, 2005. 1-14 p. "Paper" apresentado ao Congresso Anual de Tecnologia de Informação.

EISENBERG, J. (2000). Internet e política. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, n. 10, jan./jul. <http://www.almg.gov.br/CadernosEscol/Caderno10/internet.asp>. Acesso em: 24/03/2003.

_____. (2003). Internet, Democracia e República. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 491-511.

_____; CEPIK, M. (2002). Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: UFMG. 315 p.

FERBER, P.; FOLTZ, F.; PUGLIESE, R. The Internet and Public Participation: State Legislature Web Sites and the Many Definitions of Interactivity. Bulletin of Science, Technology & Society, v. 25, n. 1, p. 86-93, Feb 2005. Disponível em: Sage Publications. Acesso em: ago. 2006.

FRIDAY, J. (1999). Quem tem medo de uma sociedade on-line? Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, n. 9, jul./dez. <<http://www.almg.gov.br/CadernosEscol/Caderno9/quem.asp>>. Acesso em: 19/03/2003.

INTER-PALIAMENTARY UNION (2006). *Parliament and democracy in the twenty-first century; a guide to good practice*. Geneva: Inter-parliamentary Union, 2006. Disponível em: <http://www.ipu.org/dem-e/guide.htm> (novembro de 2006).

INTER-PARLIAMENTARY COUNCIL. (2000). *Guidelines for the content and structure of parliamentary web sites S.I.*, 2000. 16 p. Disponível em: <<http://www.ipu.org/english/parlweb.htm>> Acesso: 20/08/2004.

MARTINS, F. R. S. (2005). A influência do e-mail sobre as decisões dos parlamentares brasileiros: um estudo de caso sobre o projeto de lei da Biossegurança. Curitiba, 2005. 87 f. Monografia (Especialização em Sociologia Política) - Departamento de Ciências Sociais (orientador: Sérgio Braga), UFPR.

MELLO, S. A. DE; COHEN, F. B. R. F.; OLIVEIRA, P. P. de. (2003). Avaliação de capital intelectual das páginas web das Assembleias Legislativas

brasileiras. Belo Horizonte, 2003. 177 f. Monografia (Especialização em Poder Legislativo) - Instituto de Educação Continuada, PUC-MG.

MENDEL, T. WORLD BANK, (2005). *Parliament and access to information: working for transparency governance*. World Bank, 2005. Working Paper do Banco Mundial disponível na internet: http://siteresources.worldbank.org/WBI/Resources/Parliament_and_Access_to_Information_with_cover.pdf (acesso: dezembro de 2006).

MIKEVIS, D. (2003). Poder on-line. Testes mostram que, mesmo no mundo virtual, serviços públicos tardam em responder. Folha de São Paulo, São Paulo, 17 de setembro 2003. Informática, p. F1-F8.,

NORRIS, P. (2001). *Digital divide?: civic engagement, information poverty, and the Internet Worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (2000). *Democratic divide? The impact of the Internet on Parliaments Worldwide*. Disponível em: <www.pippanorris.com> Acesso em: 20/03/2003.

SANTOS, F. (ORG.). (2001). *O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

SILVA, S. P. (2005) Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras. *Opinião Pública*, Campinas, v. XI, n. 2, p. 450-468, out. 2005.

ANEXO 1: Mapa de Informatização dos órgãos legislativos sul-americanos (julho 2006)

			Argentina		Bolivia		Brasil		Chile		Colômbia		Ecu		GUY		Paraguai		Peru		Uruguai		Ven	
		OTM	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD
1) INFORMAÇÕES GERAIS/NAVEGABILIDADE																								
1	Mecanismos de busca no site	25	0	0	0	0	0	0	c	c	c	0	c	0	0	c	c	c	c	c	c	c	c	c
2	Há “mapa do site”?	25	c	0	c	c	0	c	c	0	c	c	0	c	c	c	c	0	c	c	c	i	c	c
3	Fácil acesso a Organograma(s) da Casa	10	i	0	c	c	0	c	0	0	0	c	0	c	c	0	0	c	c	c	0	c	c	c
4	Endereço de e-mail ou e-mail para contato	10	i	i	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	i	c	c	c	c	c	c	c	c
5	História da Casa	10	0	c	i	i	c	c	c	c	c	c	c	c	c	0	c	c	c	c	c	0	c	c
6	Visita Virtual	10	i	i	i	i	c	c	c	c	0	c	0	c	0	0	c	c	c	c	c	i	c	c
7	Estatísticas de navegação	0	0	i	0	0	0	0	0	0	0	i	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0
8	Página em Inglês [Norris]	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0
9	Glossário de Termos Parlamentares	0	0	c	0	0	0	c	0	c	0	c	0	0	0	0	0	0	0	c	i	0	c	c
10	Aumento/diminuição de letras	0	0	0	0	0	c	c	c	0	c	c	0	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	Página em outro idioma	0	0	0	0	0	c	0	c	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0
12	Folheto explicativo sb funcionamento da Casa.	5	0	i	c	c	i	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	0	c	0	c	c	c
13	Link de volta para a página inicial visível	5	0	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c
14	Acessibilidade para deficientes	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15	Enquete sobre temas polêmicos em discussão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Pontuação	100																						
MÉDIAS POR PAÍS																								
2) CENTROS DECISÓRIOS																								
a) Mesa Diretora/Partidos																								
16	AR para Composição da Mesa Diretora	40	i	c	0	0	0	c	c	i	i	i	i	i	0	0	c	c	0	0	i	i	c	c
17	Contatos Mesa Diretora	10	c	c	i	i	c	c	i	0	0	0	c	0	c	0	c	c	0	0	i	c	c	c
18	Competências da Mesa	10	i	0	0	0	i	c	0	i	0	c	i	0	c	c	0	0	i	0	0	0	0	0
19	Acesso rápido para Representação Partidária	25	c	i	i	i	c	c	c	c	0	0	i	0	c	0	c	c	0	0	c	c	c	c
20	AR para as lideranças partidárias	5	0	c	i	i	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	c	c	0	0	0	0	i	i
21	Contato Lideranças	5	0	c	0	0	c	c	0	c	0	0	c	0	0	c	0	c	0	0	0	0	i	i
22	Reuniões de Líderes ou análogos	5	0	c	0	0	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0

		Argentina		Bolívia		Brasil		Chile		Colômbia		Ecu		GUY		Paraguai		Peru		Uruguai		Ven	
		OTM	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	CD	CD	CD	CD	SF	CD	CD	SF	CD	CD	CD
	Pontuação	100,0																					
b) Comissões																							
23	Composição Com. Perm. (CPs)	40	c	c	i	i	i	c	i	i	i	i	i	0	0	c	c	c	c	i	i	c	c
24	Composição Com. Temp. (CTs)	20	i	c	i	i	c	c	i	i	i	i	i	0	0	c	c	c	c	i	i	c	c
25	Ordem do dia Principais Comissões	30	c	c	i	i	c	c	c	i	c	0	0	0	0	0	c	c	c	c	c	c	c
26	Atas/resultados das reuniões CPs	10	i	c	0	0	c	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	c	c	c	c	c
27	Atas/resultados das reuniões CTs	10	i	c	0	0	c	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	c	c	c	c	c
28	Pesquisa por data nas reuniões CPs	10	i	c	0	0	c	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	c	c	c	c	c
29	Transcrição trab. CCJ ou análoga [AR]	10	0	c	0	0	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	c	c	c	c
30	Link rápido para Integra Pareceres	10	0	c	0	0	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0
31	Relatórios CPs	10	0	c	0	0	c	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0
32	Relatórios legislatura anterior	10	0	0	0	0	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	c	c	c	c
33	Relatórios CPs ou análogas	10	0	c	0	0	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	c	c	c	c
34	Atas/Resultados das reuniões CTs	10	0	i	0	0	c	c	c	0	0	i	0	0	0	0	0	0	c	c	c	c	c
35	Transcrições da reuniões CTs	10	0	i	0	0	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	c	c	c	c
36	Atas Comissão/Conselho de Ética	5	0	0	0	0	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0
37	Arquivos de áudio com trabalhos das CPs	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0
38	Link para projetos de lei que tramitam na CCJ	5	c	c	0	0	c	c	c	c	0	i	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0
39	Proposições q tramitam nas demais COM (ARG)	0	c	c	0	0	c	c	c	c	0	i	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0
	Pontos	200,0																					
	Ajustado: Po/2,0 = X	100,0																					
c) Plenário																							
40	Ordens do Dia Plenário	30	c	c	0	0	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c
41	Pesquisa Ordem do Dia	20	c	c	0	0	c	c	c	c	0	i	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c
42	Atas/resultados das últimas reuniões	20	c	c	0	0	c	c	c	c	0	0	0	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c
43	Agenda da casa com eventos importantes	10	0	c	i	i	c	c	c	c	i	i	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c
44	Diários últimas reuniões	30	c	c	0	0	c	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	c	i	c	c	c
45	Presença dos parlamentares nas sessões	10	0	c	0	0	0	c	c	c	0	0	c	0	0	i	i	c	0	0	0	0	0
46	Resultados das votações nominais	10	0	c	0	0	0	c	c	c	0	0	0	0	0	i	i	c	c	c	c	c	c
47	Questões de ordem	0	c	c	0	0	c	c	c	c	0	0	0	0	0	c	c	c	0	0	0	0	0
48	Notas taquigráficas em tempo real	5	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

			Argentina		Bolívia		Brasil		Chile		Colômbia		Ecu		GUY		Paraguai		Peru		Uruguai		Ven	
		OTM	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD
49	Agenda do presidente da Casa	5	i	c	0	i	c	c	c	c	c	c	c	0	c	c	c	c	c	c	c	c	c	
50	Resumo movim. parlamentar últimos dias	10	0	c	0	i	c	c	c	c	0	0	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	
	Pontos	150																						
	Ajustado: Po / 1,5 = X	100																						
MÉDIA CENTROS DECISÓRIOS																								
MÉDIAS POR REGIÃO																								
3) PARLAMENTARES:																								
a) Bancadas																								
51	Quadro de bancadas com filiações	50	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	0	c	c	c	c	0	c	c	c	c	c	
52	Indicação de líderes vice-líderes e contato	20	c	i	i	i	c	c	c	c	0	c	c	0	c	c	0	0	0	0	0	0	0	
53	Dados sobre Legislaturas anteriores	10	c	0	0	0	c	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	c	c	c	c		
54	Quadro de suplentes em Exercício	10	i	0	0	0	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	i	i	c	c		
55	Quadro comp. eleitos X atuais	10	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0		
56	Planilha Excel com dados sobre todos os dep.	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	Pontuação	100																						
b) Informações biográficas																								
57	Perfil individual de cada parlamentar	40	c	c	c	c	c	i	c	c	c	0	0	0	0	c	c	c	c	c	c	c	c	
58	Link para votação do parlamentar	10	0	0	i	i	0	0	0	i	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0		
59	Cargos anteriores	10	i	i	i	i	i	c	c	c	0	0	0	0	0	0	c	c	i	i	c	c		
60	Filiações partidárias anteriores	20	0	0	0	0	0	c	c	c	c	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	c		
61	Fotografia	10	c	c	i	i	c	c	c	c	0	0	0	0	c	c	c	c	c	c	c	c		
62	Contatos dos parlamentares	10	c	c	0	0	c	c	c	c	0	0	c	0	c	c	c	c	c	c	c	c		
63	Edita perfis biográficos	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
64	Declaração patrimonial do parlamentares	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	i	0	0	0	0		
65	Principais propostas ou metas eleitorais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	Pontuação	100																						
c) Atuação parlamentar																								
66	Íntegra dos discursos [link/AR]	20	0	c	0	0	c	c	0	0	0	0	0	0	i	i	c	c	c	c	0	0		
67	Votação nominal individualizada [link]	20	0	0	0	0	c	c	c	c	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0		
68	Principais proposições de autoria do dep.	20	c	c	0	0	c	c	0	c	0	0	0	0	i	c	c	c	c	c	c	c		
69	Índice de presença individualizado	10	0	0	0	0	0	c	c	c	c	0	0	0	i	0	0	c	c	c	c	c		

		Argentina		Bolivia		Brasil		Chile		Colômbia		Ecu		GUY		Paraguai		Peru		Uruguai		Ven	
		OTM	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	CD	CD	CD	CD	SF	CD	CD	SF	CD	CD	CD
70	Links para sites	10	0	i	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
71	Resumo da atuação	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
72	Serviço de clipping	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
73	Registro de presença nas Comissões	0	0	c	0	0	0	c	c	c	0	0	0	0	0	i	0	c	c	c	c	c	c
74	Link para atuação nas Comissões	0	c	c	0	0	c	c	c	c	0	0	0	0	0	i	c	c	c	c	c	c	c
	Pontuação	100																					
	MEDIA PARLAMENTARES																						
	MEDIA POR REGIAO																						
4) PROCESSO DECISÓRIO																							
a) Sinopse																							
75	Ementas das leis(AR ou pelo sistema)	30	c	c	c	c	c	c	c	c	0	i	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c
76	Normas conexas	10	c	c	0	0	c	c	c	0	0	0	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0
77	Proposição de origem	10	0	0	0	0	c	c	0	0	0	0	i	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
78	Acesso rápido à tramitação dos PL	30	c	0	i	i	c	c	c	0	0	c	0	0	0	0	i	c	i	c	i	c	c
79	Fluxograma de tramitação	10	c	c	c	c	c	0	0	0	0	c	c	c	0	c	0	c	c	i	i	c	c
80	Ações da Tramitação	30	c	0	c	c	c	c	c	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
81	Integra dos PL	30	c	c	c	c	c	c	c	i	0	c	i	0	i	0	i	c	c	c	c	c	c
82	Acesso rápido a pareceres	10	0	0	0	0	c	c	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
83	Norma Resultante (acesso rápido)	20	c	0	0	0	c	c	c	0	0	c	0	0	0	c	0	c	c	c	c	c	c
84	Votação da proposição (acesso rápido)	10	0	0	0	0	0	c	c	i	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
85	Informações sobre outras proposições	30	c	c	0	0	c	c	c	0	0	c	0	0	0	c	0	c	0	c	c	c	c
86	Emendas Constitucionais	10	c	0	0	0	c	c	c	0	0	0	0	i	0	0	0	0	0	0	0	0	0
87	Requerimentos	10	c	0	0	0	c	c	c	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0
88	Indicações	10	c	0	0	0	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
89	Mensagens do Executivo	20	c	0	0	0	c	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
90	Vetos	20	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
91	Outras	10	c	c	0	0	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
92	Cadastro e-mail p/acompanhamento	10	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
93	Acesso imediato às modificações	30	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
94	Busca avançada na legislação	30	c	c	c	c	c	c	c	0	0	c	0	0	0	c	c	c	c	c	c	c	c
95	Busca avançada nas proposições	30	c	c	c	c	c	c	c	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

		Argentina		Bolivia		Brasil		Chile		Colômbia		Ecu		GUY		Paraguai		Peru		Uruguai		Ven
		OTM	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	CD	CD	CD	CD	SF	CD	CD	SF	CD	CD
	Pontuação	400																				
	Ajustado: Po / 40 = X	100																				
b) Integras																						
96	Proposições apresentadas	20	c	c	i	i	c	c	c	c	0	0	c	0	0	0	0	c	c	c	c	c
97	Proposições aprovadas	20	c	c	c	c	c	c	c	c	0	0	c	0	0	c	c	c	c	c	c	c
98	Constituição em formato pdf. ou doc.	20	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c
99	Regimento Interno	20	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c
100	Diários Legislativa atual	20	c	i	i	i	c	c	c	c	0	0	c	0	0	0	0	c	c	c	c	c
101	Diários Legislativas anteriores	10	c	i	i	i	c	c	c	c	0	0	c	0	0	0	0	c	c	c	c	c
102	Diários de todas as Legislativas	10	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	i	0	0	0	0	0	0	0	0
103	Busca nos Diários	10	c	i	i	0	c	c	c	0	0	c	0	0	0	0	c	c	c	c	c	c
104	Busca Legislativas anteriores	10	c	c	c	0	c	c	c	c	0	0	c	0	0	0	c	c	c	c	c	c
105	Resenha/Resumo da produção Legislativa	10	c	c	c	0	c	c	c	c	i	c	0	0	0	0	c	c	0	0	0	0
106	Anuário Legislativo ou Relatório em pdf.	0	0	0	0	0	c	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Pontuação	150																				
	Ajustado: Po/ 1,5 X	100,0																				
c) Orçamento																						
107	Leis ou emendas Orçamentárias (link)	20	0	0	0	0	c	c	c	c	0	0	0	0	0	c	c	c	c	i	i	c
108	Receitas/Despesas Executivo	15	0	0	0	0	c	c	c	c	0	0	0	0	0	c	c	c	c	c	c	c
109	Execução orçamentária Executivo	15	0	0	0	0	c	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
110	Matérias explicativas Orçamento	15	c	0	0	0	c	c	c	i	0	c	0	0	0	c	c	c	c	c	c	c
111	Relatório da gestão fiscal da casa	15	c	0	0	0	c	c	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
112	Remuneração pessoal do parlamentares	10	c	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
113	Link para Comissão de Orc. ou análogo	10	c	0	0	0	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Pontuação	100																				
	MEDIA PROCESSO DECISÓRIO	100,0																				
	MÉDIAS POR REGIÃO																					
5) RELAÇÃO COM O PÚBLICO																						
a) Ouvidoria/Conselho de Ética																						
114	Existência de Ouvidoria ou análogo	0	0	c	0	0	0	c	c	c	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0

		Argentina		Bolivia		Brasil		Chile		Colômbia		Ecu		GUY		Paraguai		Peru		Uruguai		Ven	
		SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	CD	CD	CD	CD	CD	SF	CD	CD	SF	CD	CD	CD
	OTM																						
115	Contatos p/denúncias	30	0	0	c	c	0	c	c	i	c	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0
116	Quadro/resumo da atuação da Ouvidoria	30	0	0	0	0	0	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0
117	Seminários realizados pela ouvidoria	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0
118	Relatório Final Ouvidoria	20	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0
119	Composição do Conselho de Ética	0	0	0	0	0	0	c	c	0	0	c	0	0	0	0	0	c	0	0	0	c	c
120	Código de Ética	10	0	0	0	0	0	c	0	0	0	c	0	0	0	c	c	c	0	0	0	c	c
121	Ações Conselho de Ética	10	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	c	c
	Pontuação	100																					
b) Escola do Legislativo																							
122	Existência do programa ou afim	40	c	0	c	c	c	c	c	i	0	i	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0
123	Ações e resultados do programa	20	0	0	0	0	c	c	0	i	0	i	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0
124	Publicações do programa	10	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0
125	Eventos realizados pelo programa	10	0	0	0	0	0	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0
126	Cursos ofertados pelo programa	10	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0
127	Contato	10	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0
	Pontuação	100																					
c) Comunicação e mídia																							
128	Acervo Sonoro das sessões e eventos	10	0	0	0	0	0	i	c	i	0	0	0	0	0	0	0	c	c	c	c	0	0
129	Transmissão de rádio pela Web	10	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	i	i	0	0
130	Programação de Rádio	5	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0
131	Transmissão de TV pela Web	10	c	c	c	c	c	c	0	c	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	c	c
132	Programação da TV	5	0	0	0	0	0	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
133	Boletim Informativo	10	c	i	c	c	c	c	c	0	c	c	0	c	0	0	c	c	0	0	0	c	c
134	Link para agência de comunicação	5	c	i	c	c	c	c	c	0	c	c	0	c	0	c	c	c	c	c	c	c	c
135	Anúncio de Livro e Documentos editados	5	i	i	0	0	c	c	i	0	0	0	0	0	0	c	c	c	0	0	0	0	0
136	Periódicos circulação regular (elet. ou pdf)	5	i	i	0	0	0	c	c	0	0	c	0	0	c	c	0	c	0	0	0	c	c
137	Íntegras das publicações	10	i	i	0	0	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0
138	Serviço de Clipping	10	0	0	0	0	0	c	0	i	c	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	c	c
139	Coordenadoria de Informações ou publicações	5	c	0	0	0	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	c	0	0	c	c
140	Serviço de notícias	10	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	i	c	c	c	c	0	0	0	c	c
141	"Release" dos Projetos Relevantes	0	i	c	0	0	0	c	0	i	0	i	0	c	i	c	i	c	c	c	c	c	c

		Argentina		Bolívia		Brasil		Chile		Colômbia		Ecu		GUY		Paraguai		Peru		Uruguai		Ven	
		OTM	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	CD	CD	CD	CD	SF	CD	CD	SF	CD	CD	CD
	Pontuação	100																					
d) Interatividade																							
142	Fóruns ou chats de Debates	10	c	0	c	c	0	c	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	c	c
143	Acervo dos chats ou fóruns realizados	0	c	0	i	i	0	c	c	c	i	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	c	c
144	Legislação/orçam. participativo	10	i	0	c	c	0	c	c	c	i	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	c	c
145	Formulários para contatos	20	c	0	c	c	i	c	c	c	c	c	0	0	0	0	0	0	c	0	0	c	c
146	Cadastro/subscrição de notícias p/e-mail	20	0	i	c	c	0	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	c	c
147	Formulário de sugestões para melhoria	20	0	0	i	i	0	c	c	c	c	c	0	0	0	0	0	0	c	0	0	c	c
148	Avaliação do desempenho/sugestões	20	0	0	0	0	0	c	c	c	c	c	0	0	0	0	0	0	c	0	0	c	c
149	Inscrição on-line para eventos realizados	0	0	0	0	0	i	c	i	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	c	c
150	Votação virtual de proposições (CHI)	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	c	c
	Pontuação	100																					
e) Atividades culturais																							
151	Acesso a textos/consultoria	20	c	0	0	0	0	i	c	0	0	c	0	0	0	0	0	0	c	0	0	c	c
152	Informações sobre Consultoria	10	c	0	0	0	c	c	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	c	c
153	Acesso a publicações dos Consultores	10	c	0	0	0	c	c	0	c	0	c	0	0	0	0	0	0	c	0	0	c	c
154	Acesso ao acervo da Biblioteca	20	c	i	c	c	c	c	c	c	i	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0
155	Livrarias/aquisição livros	10	c	0	c	c	c	c	0	i	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0
156	Programação Eventos	10	c	0	0	0	c	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	i	c	c	0	c	c
157	Visitas ao Público	10	c	c	c	c	c	c	c	c	0	0	0	0	0	0	c	c	c	c	0	c	c
158	Espaço Cultural	10	c	i	0	0	c	c	c	0	c	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	c	c
	Pontuação	100																					
	MÉDIA RELAÇÃO COM O PÚBLICO	100																					
	MÉDIAS POR REGIÃO																						
6) ADMINISTRAÇÃO																							
a) Informações gerais:																							
159	Relação ou número dos Servidores	10	i	c	0	0	c	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0
160	Relação da direção administrativa	20	c	c	c	c	c	c	0	c	c	0	0	0	0	0	0	0	c	c	c	c	c
161	Contatos Público c/ Direção Administrativa	10	c	i	c	c	c	c	0	c	c	0	0	0	0	0	0	0	c	c	c	c	c
162	Organograma Administração	20	c	i	c	c	c	c	0	c	c	0	c	0	0	0	0	0	c	c	c	c	c
163	Materiais didáticos sobre a Casa	10	c	i	c	c	c	c	0	c	c	c	c	0	0	0	0	0	c	c	c	c	c

			Argentina		Bolivia		Brasil		Chile		Colômbia		Ecu		GUY		Paraguai		Peru		Uruguai		Ven	
		OTM	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD
164	Notícias Cursos p/formação de Servidores	10	i	0	0	0	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	c	c	c	0	
165	Atribuições das Unidades	10	c	0	i	i	c	c	0	c	c	c	0	0	0	0	0	0	c	c	c	c	c	
166	Link p/ Depto. ou Divisão de Informática	10	c	0	i	i	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	0	0	0	c	
	Pontuação	100																						
b) Editais/ Licitação																								
167	Informações sobre concursos Públicos	20	i	0	0	0	c	c	c	i	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
168	a) Editais	5	i	0	0	0	0	c	0	i	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
169	b) Gabaritos das Prova	5	i	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
170	c) Resultados dos concursos	5	i	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
171	Programas de estágios profissionais	0	i	0	0	0	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
172	Lista de empresas fornecedoras	20	c	c	c	c	c	i	i	c	c	0	0	c	0	0	0	c	c	i	i	0	0	
173	Contratos	5	c	c	c	c	c	c	i	c	c	c	0	0	0	0	0	c	c	i	i	0	0	
174	Editais licitações	10	c	c	c	c	c	c	0	c	c	c	c	0	0	0	0	c	c	i	i	0	0	
175	Licitações em andamento	10	c	c	c	c	c	0	c	0	c	c	c	0	0	0	0	c	c	i	i	0	0	
176	Licitações anteriores	10	c	c	c	c	c	0	c	0	c	0	c	0	0	0	0	c	c	i	i	0	0	
177	Sistema de acompanhamento Licitações	10	c	c	c	c	c	c	0	c	0	c	0	0	0	0	0	c	c	i	i	0	0	
	Pontuação	100																						
	MEDIA ADMINISTRAÇÃO	100																						
	MEDIAS POR REGIAO																							
7) OUTROS																								
a) Eleições																								
178	Calendário Eleitoral	5	0	0	c	c	c	c	c	c	c	c	0	0	0	0	c	c	0	0	0	c	c	
179	Link para legislação eleitoral vigente	5	0	0	c	c	c	c	c	c	c	c	0	0	0	0	c	c	0	0	0	c	c	
180	Resultados de eleições anteriores	10	0	0	c	c	c	c	c	c	c	c	0	0	0	0	c	c	0	0	0	c	c	
181	Base de dados pesquisável	5	0	0	c	c	c	c	c	c	c	c	0	0	0	0	c	c	0	0	0	c	c	
182	Link para o Tribunais ou órgãos eleitorais	5	0	0	c	c	c	c	c	c	c	c	0	0	0	0	c	c	0	0	0	c	c	
	Links para órgãos de interesse	0																						
183	Link para outra Câmara Legislativa	5	c	c	0	0	c	c	c	c	c	c	0	0	c	c	c	c	c	c	c	c	c	
184	Sistema Legislativo Integrado/Interlegis	5	c	c	0	0	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	c	c	c	c	c	
185	Legislativos Subnacionais	0	c	c	c	c	c	c	0	0	0	0	0	c	0	c	0	0	c	0	0	0	0	

		Argentina		Bolivia		Brasil		Chile		Colômbia		Ecu		GUY		Paraguai		Peru		Uruguai		Ven	
		SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	SF	CD	CD	CD	CD	CD	CD	SF	CD	CD	SF	CD	CD	CD
	OTM																						
186	Legislativos de outros países	10	c	c	0	0	0	c	i	c	0	c	0	0	0	c	c	c	c	c	c	c	c
187	Parlamento Latinoamericano	10	c	c	0	0	0	0	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
188	Link para União Interparlamentar Mundial	10	c	c	0	0	0	c	c	0	0	0	0	0	0	c	c	c	c	c	c	c	c
189	Poder Executivo	10	c	c	0	0	0	c	c	0	0	0	0	0	0	c	c	c	c	c	c	c	c
190	Tribunais/Judiciário	5	c	c	i	0	c	c	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
191	Partidos Políticos	5	c	c	c	c	c	c	i	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
192	Outros	0	c	c	0	0	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
193	Videoconferência "Interlegis"	5	c	c	0	0	c	c	0	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
194	Link p/Diário Oficial da Unidade	5	c	c	0	0	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
195	Portal de Pesquisas Legislativas integrado	0	c	c	0	0	c	c	c	c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Pontuação	100																					
	MEDIA RELAÇÃO COM O PÚBLICO																						
	MEDIAS POR REGIÃO																						
	MEDIA GLOBAL DE PONTUAÇÃO DOS SITES																						
	MEDIA POR REGIÃO																						

ANEXO 2: Mapa de Informatização dos órgãos legislativos brasileiros (fevereiro de 2007)

		Federal		Região Norte				Região Nordeste				Centro-Oeste				Sudeste				Sul												
		OT	SF	CD	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	DF	GO	MS	MT	ES	MG	RJ	SP	PR	SC	RS	
1) INFORMAÇÕES GERAIS /NAVEGABILIDADE (100)																																
1	Mecanismos de busca no site	30	c	c	c	-	-	-	-	i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	i	i	i	i	c	-	c	-	-	c	
2	Há “mapa do site”?	20	i	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	c	c	c	c	-	-	c	
3	Fácil acesso a Organograma(s) da Casa	10	i	i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	i	-	-	-	c	c	-	c	-	c	
4	Telefone ou e-mail para contato	10	c	c	c	-	-	i	c	c	c	-	-	c	c	c	-	i	c	c	-	c	-	c	c	c	-	c	c	c	c	c
5	Link para História da Casa	10	c	c	-	-	c	c	-	c	-	c	-	c	c	-	c	c	c	c	c	c	c	c	c	i	c	c	c	c	c	c
6	Link de volta para a página inicial visível	5	i	c	c	-	-	c	-	c	-	c	-	c	c	c	c	i	c	c	c	c	c	c	c	i	c	c	c	c	c	c
7	Visita Virtual /Fotos da Casa	5	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	c	c	-	-	c
8	Material explicativo sb funcionamento da Casa	5	c	c	i	c	i	-	-	-	c	-	i	-	-	c	-	c	-	-	c	-	-	-	-	-	c	c	c	i	-	c
9	Estatísticas de navegação	5	-	-	i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	Página em Inglês [Norris]	0	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11	Glossário de Termos Parlamentares	0	c	c	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12	Aumento/diminuição de Letras	0	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13	Página/links num terceiro idioma	0	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
14	Acessibilidade para deficientes	0	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15	Enquete sobre temas polêmicos em discussão	0	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Pontuação	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	MÉDIAS POR REGIÃO																															
2) CENTROS DECISÓRIOS																																
a) Mesa Diretora/Partidos (100)																																
16	Composição completa da Mesa Diretora [AR]	40	c	c	c	-	i	c	i	-	i	-	i	i	i	c	i	i	i	c	c	c	c	c	c	c	i	c	c	c	c	c
17	Acesso rápido/AR para Representação Partidária	25	c	c	c	i	-	i	-	-	-	-	-	-	-	-	i	i	i	c	c	c	c	c	c	-	c	c	c	c	c	c
18	Contatos Mesa Diretora [AR]	10	c	c	i	c	-	c	-	c	-	-	c	-	i	c	-	-	c	-	c	c	c	c	c	i	c	c	c	c	c	c
19	Competências da Mesa	10	c	c	-	c	-	i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	i	i	c	c	i	c	-	c	c	i	c	-	-	c
20	AR para as lideranças partidárias	5	c	c	-	-	-	i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	Contato Lideranças	5	c	c	-	-	-	i	-	-	-	-	-	-	i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

		Federal			Região Norte				Região Nordeste							Centro-Oeste					Sudeste				Sul						
		OT	SF	CD	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	DF	GO	MS	MT	ES	MG	RJ	SP	PR	SC	RS
46	Agenda da casa com eventos importantes	10	c	c	i	-	-	c	-	-	-	-	-	c	c	-	c	-	c	c	c	i	-	-	-	c	i	c	-	-	c
47	Resultados das votações nominais [AR]	10	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c
48	Notas taquigráficas em tempo real	5	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c
49	Agenda do presidente da Casa	5	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	c	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c
50	Resenha parlamentar dos últimos dias	5	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	c
51	Questões de ordem	0	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Pontos	150	0																												
	Ajustado: Po / 1,5 = X	100	0																												
MÉDIA CENTROS DECISÓRIOS																															
MÉDIAS POR REGIÃO																															
3) PARLAMENTARES:																															
a) Bancadas (100)																															
52	Quadro de bancadas com filiações (50) [AR]	50	c	c	c	c	c	c	-	-	c	-	c	c	c	c	c	i	i	i	c	c	c	c	c	c	i	c	c	c	c
53	Indicação de líderes e/ou vice-líderes e contato	15	c	c	-	i	-	c	-	-	-	-	c	-	-	-	-	i	-	i	i	c	-	-	-	c	c	c	-	-	c
54	Dados sobre Legislativas anteriores	15	c	c	c	-	-	-	-	-	-	-	i	-	-	-	-	-	-	c	c	c	-	-	-	c	-	-	-	-	-
55	Quadro de suplentes em Exercício	10	c	c	i	-	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-	-	i	c	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-
56	Quadro comparativos eleitos X atuais	5	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	c	-	-	-	c	-	-	-	-	-
57	Planilha Excel com dados biográficos dos dep.	5	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Pontuação	100	0																												
b) Informações biográficas individualizadas (100)																															
58	Perfil individual de cada parlamentar	40	c	c	i	c	i	c	c	-	c	-	c	c	c	c	-	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c
59	Link individualizado para votação do parlamentar	10	-	-	-	-	-	-	-	-	i	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-	-	i	c	-	-	-	-	i
60	Destaque para cargos anteriores	10	i	c	-	i	-	-	-	-	-	-	c	i	-	-	-	c	c	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	i
61	Destaque para filiações partidárias anteriores	10	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
62	Fotografia	10	c	c	c	c	i	c	c	-	c	-	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c
63	Contatos dos parlamentares	10	c	c	c	c	c	c	c	-	-	-	c	-	c	-	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c
64	Informações sobre edição de perfis biográficos	5	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
65	Declaração patrimonial do parlamentares	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
66	Principais propostas ou metas eleitorais	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

		Federal	Região Norte					Região Nordeste					Centro-Oeste					Sudeste					Sul									
		OT	SF	CD	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	DF	GO	MS	MT	ES	MG	RJ	SP	PR	SC	RS	
	Pontuação	100																														
c) Atuação parlamentar (100)																																
67	Integra dos discursos [AR]	20	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	c	-	-	c	c
68	Link para votação nominal individualizada [AR]	20	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
69	Principais proposições de autoria do dep.	20	c	c	i	c	i	i	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	c	-	c	-	-	-	-	-	c	i	c	i	c	c
70	Índice de presença individualizado	10	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	i
71	Informa se o parlamentar tem sites pessoais	10	c	-	i	i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	i	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-
72	Serviço de clipping do parlamentar	10	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	i	-	-	i	-	-	-	-	-	c	-	-	-	i	i
73	Link para atuação nas Comissões	5	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-
74	Registro de presença nas Comissões	5	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
75	Resumo/Sumário da atuação parlamentar	0	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c
	Pontuação	100																														
	MÉDIA PARLAMENTARES	100																														
	MÉDIAS POR REGIÃO																															
4) PROCESSO DECISÓRIO																																
a) Sinopse (40)																																
76	Ementas das leis [AR ou pelo sistema]	30	c	c	c	c	i	c	c	c	c	-	c	-	c	-	c	-	i	c	c	c	c	c	c	c	c	c	-	c	c	c
77	Acesso rápido à tramitação dos PL	30	c	c	c	c	i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
78	Acesso rápido à íntegra dos PL	25	c	c	i	c	i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
79	Principais ações da tramitação dos PL	20	c	c	c	i	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
80	Informações sobre outras proposições	15	c	c	c	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
81	Acesso imediato às modificações dos PL	15	c	c	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
82	Busca avançada na legislação aprovada	15	c	c	i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
83	Busca avançada nas proposições apresentadas	15	c	c	i	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
84	Acesso rápido à norma resultante (espec. PLs)	15	c	c	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85	Mensagens do Executivo	10	c	c	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
86	Vetos	10	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
87	Normas conexas ou leis associadas [AR]	10	c	c	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
88	Proposição de origem da lei	10	c	c	i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89	Fluxograma de tramitação	10	c	c	-	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	Federal	Região Norte				Região Nordeste				Centro-Oeste				Sudeste				Sul														
	OT	SF	CD	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	DF	GO	MS	MT	ES	MG	RJ	SP	PR	SC	RS		
90	Acesso rápido a pareceres	10	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	c	c	-	-	-	c	
91	Notação da proposição (acesso rápido)	10	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	
92	Propostas de Emendas Constitucionais	10	c	c	c	c	c	-	c	-	-	-	-	-	-	c	c	i	i	c	-	-	-	-	-	c	c	c	-	-	c	
93	Requerimentos	10	c	c	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	i	i	-	-	-	-	-	-	c	c	c	-	-	c	
94	Indicações	10	c	c	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	i	i	-	-	-	-	-	-	c	c	c	-	-	c	
95	Outras	10	c	c	c	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	c	c	-	-	c	
96	Cadastro e-mail p/acompanhamento propos.	10	c	c	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Pontuação	300	0																													
	Ajustado: Po / 20 = X	100	0																													
b) Integras (150) [não necessariamente AR]																																
97	Proposições apresentadas em doc, html ou pdf	20	c	c	c	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	c	c	-	-	c	
98	Proposições aprovadas em doc, html ou pdf	20	c	c	c	c	-	-	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	c	c	-	-	c
99	Constituição em formato pdf, html ou doc	20	c	c	c	c	i	c	-	c	-	-	c	c	i	c	c	i	c	c	c	-	-	-	-	-	c	c	c	c	c	c
100	Regimento Interno em formato pdf, html ou doc	20	c	c	-	c	i	c	c	c	-	-	c	c	i	c	c	i	c	c	c	-	-	-	-	-	c	c	c	c	c	c
101	Diários Legisatura atual	20	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c
102	Diários Legislativas anteriores	10	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c
103	Diários de todas as Legislativas	10	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
104	Busca nos Diários últimas sessões	10	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c
105	Busca Legislativas anteriores	10	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c
106	Resenha/ Resumo da produção Legislativa	5	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c
107	Anuário Legislativo ou Relatório em pdf ou doc	5	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	i
	Pontuação	150	0																													
	Ajustado: Po/ 1,5 X	100	100																													
c) Orçamento [10]																																
108	Link para leis orçamentárias (PPA; LOA etc.)	20	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c
109	Matérias explicativas Orçamento	20	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c
110	Informações sobre receitas/despesas Executivo	15	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c
111	Informações sobre execução orçamentária	15	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	i
112	Relatório da gestão fiscal da casa	15	c	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c
113	Link para Comissão de Orçamento ou análogo	10	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c

		Federal	Região Norte				Região Nordeste				Centro-Oeste				Sudeste				Sul												
		OT	SF	CD	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	DF	GO	MS	MT	ES	MG	RJ	SP	PR	SC	RS
114	Remuneração dos parlamentares	5	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	c	-	c
	Pontuação	100																													
	MÉDIA PROCESSO DECISÓRIO	100																													
5) RELAÇÃO COM O PÚBLICO																															
a) Ouvidoria/Conselho de Ética (100)																															
115	Existência de Ouvidoria ou órgão análogo	20	i	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	c	-	c	-	-	c	-	-	c	c	-	-	-	-	c
116	Contatos p/denúncias	20	c	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	c	c	c	-	-	c	-	-	c	c	-	-	-	-	c
117	Quadro/resumo da atuação da Ouvidoria	15	i	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c
118	Relatório Final da Ouvidoria	15	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c
119	Composição do Conselho de Ética	10	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-	-	-	c	-	c	-	c	c
120	Código de Ética em formato pdf ou doc	10	c	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	c	-	c	-	c
121	Ações do Conselho de Ética	10	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	c
122	Seminários realizados pela ouvidoria	0	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c
	Pontuação	100	0																												
b) Escola do Legislativo (100)																															
123	Existência do programa ou afim	40	c	i	c	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-	-	c	c	-	-	c	-	-	-	c	c	-	i	c	-	c
124	Ações e resultados do programa	20	c	i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	c	-	-	c	-	-	-	c	-	c	-	c	-	c
125	Publicações do programa	10	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c
126	Eventos realizados pelo programa	10	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	c	-	-	-	-	-	c	-	c	-	i	c	-
127	Cursos ofertados pelo programa	10	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	c	-	-	-	-	-	c	-	c	-	i	c	-
128	Contato com o programa	10	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	c	-	-	-	-	-	c	-	c	-	-	-	c
	Pontuação	100	0																												
c) Comunicação e mídia (100)																															
129	Transmissão de TV ao vivo pela Web	20	c	c	-	i	-	-	-	i	-	-	-	-	c	i	c	-	i	c	c	c	c	-	-	-	-	i	c	-	c
130	Transmissão de rádio ao vivo pela Web	10	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c
131	Acervo sonoro das sessões e eventos	10	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	i	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	c
132	Integras das publicações editadas pela casa	10	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c
133	Serviço de clipping	10	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c
134	Serviço de notícias atualizado	10	c	c	c	-	c	c	-	c	-	-	-	-	-	c	c	c	c	c	c	c	c	c	-	c	c	c	c	c	c
135	Programação de Rádio on-line	5	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c
136	Programação da TV on-line	5	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c

		Federal	Região Norte					Região Nordeste					Centro-Oeste					Sudeste		Sul											
		OT	SF	CD	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	DF	GO	MS	MT	ES	MG	RJ	SP	PR	SC	RS
137	Boletim Informativo da casa	5	C	C	-	-	-	-	C	-	C	-	-	C	-	C	C	-	C	C	-	C	C	-	C	C	C	C	-	C	C
138	Link para agência de comunicação	5	C	C	-	-	-	-	-	-	C	-	-	-	C	C	C	C	-	C	C	-	C	C	-	C	C	C	-	C	C
139	Anúncio de Livro e Documentos editados	5	C	C	-	-	-	-	-	-	-	-	C	i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	C	C	C	-	C	-
140	Periódicos circulação regular (elet. ou pdf)	5	C	C	-	-	-	-	C	-	C	-	-	C	-	C	-	-	-	-	-	C	-	-	C	C	C	C	-	C	-
141	Coordenadoria de Informações ou publicações	0	C	C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	C	-	C	C
142	“Release” das proposições mais relevantes	0	C	C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	C	-	C	-	-	-	-	-	-	C	-	C	-
	Pontuação	100	0																												
d) Interatividade (100)																															
143	Fóruns ou chats de Debates	15	-	C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	i	-	-	C
144	Acervo dos chats ou fóruns realizados	15	-	C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	i	-	-	i
145	Legislação/orçam. participativo	15	C	C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	C	C	-	-	-	i
146	Formulários para contatos com administração	10	C	C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	C	C	C	-	-	-	C
147	Cadastro/subscrição de notícias p/e-mail	10	C	C	-	C	-	-	-	-	-	-	-	-	C	-	-	-	-	-	-	C	-	-	C	C	-	-	-	-	C
148	Formulário de sugestões para melhoria do site	10	-	i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	C	C	-	-	-	-	C
149	Avaliação do desempenho do site/serviços	10	C	i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	C	-	-	-	-	C
150	Inscrição on-line para eventos realizados	10	i	C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	C	-	-	-	-	C	-	-	-	-	-	C
151	Votação virtual de proposições (CHI)	5	-	i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Pontuação	100	0																												
e) Atividades culturais e de pesquisa (100)																															
152	Acesso a textos e publicações da consultoria	25	C	C	-	-	-	-	-	-	-	-	C	C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	C	-	-	-
153	Acesso ao acervo da Biblioteca	20	C	C	-	-	-	-	-	-	-	-	C	C	-	C	-	C	-	C	-	C	-	-	C	C	-	C	-	-	-
154	Informações sobre a consultoria e consultores	10	C	C	-	-	-	-	-	-	-	-	C	-	C	-	C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	C	-	-	-
155	Contato com consultores	10	C	C	-	-	-	-	-	-	-	-	C	C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
156	Livrarias/aquisição livros	10	C	C	-	i	-	-	-	-	-	-	C	C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	C	-	C	-	i	-
157	Programação de eventos culturais	10	C	C	-	-	-	-	-	-	-	-	i	-	i	-	-	i	-	C	C	-	-	-	C	-	C	-	-	-	C
158	Visitas abertas ao público	10	C	C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	C	C	C	-	-	C
159	Informações sobre espaço cultural	5	C	C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	i	-	C	-	-	-	-	-	C	-	C	-	-	C
	Pontuação	100	0																												
	MÉDIA RELAÇÃO COM O PÚBLICO	100	0																												
MÉDIAS POR REGIÃO																															
6) ADMINISTRAÇÃO																															

	Federal	Região Norte					Região Nordeste					Centro-Oeste					Sudeste					Sul													
	OT	SF	CD	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	DF	GO	MS	MT	ES	MG	RJ	SP	PR	SC	RS					
a) Informações gerais: (100)																																			
160	Organograma da administração da casa	25	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	i	c	-	-	-	-	-	-	-	-	c	c	-	-	-	c	c				
161	Relação da direção administrativa e cargos	20	c	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	c	-	-	-	-	c	c			
162	Contatos do público com direção administrativa	10	c	c	-	-	-	-	c	-	c	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-	-	c	c	-	c	c	c	c	c			
163	Relação ou número dos Servidores	10	i	i	i	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	c			
164	Materiais didáticos sobre a Casa em doc ou pdf	10	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-	-			
165	Notícias Cursos p/formação de Servidores	10	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-	-			
166	Atribuições das Unidades	10	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	c	-	-	-	-	-	c	-	c	-	c	-	c	c		
167	Link p/ Depto. ou Divisão de Informática	5	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-	-	c	-	c	-	c	-	c	c		
	Pontuação	100	0																																
b) Editais/Licitação (100)																																			
168	Informações gerais sobre concursos públicos	20	-	c	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-	i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	c	-	-	-	-	-	-	-		
169	Lista de empresas fornecedoras da casa	15	c	c	i	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-	-	-	i	c	-	-	-	-	c	c	-	-	-	-	-	i	c		
170	Integras dos editais das licitações	10	i	c	-	-	-	-	-	-	c	-	c	c	i	-	-	-	c	c	-	-	-	-	c	c	-	c	-	c	-	c	c		
171	Informações sobre licitações em andamento	10	c	c	-	-	-	-	-	-	c	-	c	c	i	-	-	-	c	c	-	-	-	-	c	c	-	c	-	c	-	c	c		
172	Informações sobre licitações anterior	10	c	c	-	-	-	-	-	-	c	-	c	c	i	-	-	-	c	c	-	-	-	-	c	c	-	c	-	c	-	c	c		
173	Sistema de acompanhamento Licitações	10	c	c	-	-	-	-	-	-	c	-	-	c	i	-	-	-	c	-	-	-	-	-	c	c	-	c	-	c	-	c	c		
174	Editais dos concursos públicos	5	-	c	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	
175	Gabaritos das provas dos concursos	5	-	c	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	
176	Resultados dos concursos	5	-	c	-	-	-	-	c	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-	i	c	-	-	-	-	-	-	-	
177	Programas de estágios profissionais	5	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	
178	Informações sobre os contratos com empresas	5	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	c	c	-	i	-	-	-	-	-	c	
	Pontuação	100																																	
	MEDIA ADMINISTRAÇÃO	100	0																																
MÉDIAS POR REGIAO																																			
7) OUTROS																																			
a) Eleições																																			
179	Calendário Eleitoral	5	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	i	-	-	c	-	-	-	-	-	-	-	c	-	c	-	c	-	c	c	
180	Link para legislação eleitoral vigente	5	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	c	-	-	-	c	c

		Federal			Região Norte				Região Nordeste							Centro-Oeste				Sudeste				Sul								
		OT	SF	CD	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	DF	GO	MS	MT	ES	MG	RJ	SP	PR	SC	RS	
181	Resultados de eleições anteriores	5	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	-	-	c	c	-	c	-	-	-	-	-	c	-	c	c	c	c	
182	Link p/base de dados pesquisável sobre eleições	5	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	-	c	-	-	-	-	-	c	-	c	c	c	c	
183	Link para o Tribunais ou órgãos eleitorais	5	c	c	-	-	-	c	-	-	-	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	c	c	c	c	c	
b) Links para órgãos de interesse																																
184	Link para câmaras legislativas de nível inferior	5	c	c	c	c	-	c	-	-	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	c	c	c	-	c	c	
185	Sistema Legislativo Integrado/Interlegis	10	c	c	i	c	-	-	-	-	c	-	c	c	c	-	c	-	c	c	c	-	c	c	c	c	c	c	-	c	c	c
186	Outros legislativos subnacionais	5	c	c	-	c	-	c	-	-	-	-	i	c	-	c	-	c	-	c	-	-	c	c	-	c	-	c	c	-	c	c
187	Legislativos de outros países	5	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	i	-
188	Parlamento Latinoamericano	5	-	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
189	Link para União Interparlamentar Mundial	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
190	Poder Executivo/governo da mesma unidade	5	c	c	c	-	c	c	-	c	-	c	-	c	c	c	-	c	c	c	-	-	c	-	-	-	c	c	-	c	c	c
191	Tribunal de Contas	5	c	c	c	-	c	c	-	-	-	-	c	c	c	-	c	-	c	-	c	-	c	-	-	-	c	c	-	c	-	c
192	Partidos Políticos da unidade	5	c	c	-	-	i	-	-	-	-	-	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
193	Ministério Público da Unidade	5	-	c	c	c	-	-	-	-	-	-	c	c	-	c	c	c	-	-	-	-	-	-	-	-	c	c	-	c	-	c
194	Portal Unale	5	-	c	-	c	-	-	c	-	-	-	-	-	-	i	-	c	-	-	c	-	-	-	-	-	c	c	-	-	-	c
195	Link p/Diário Oficial da Unidade	10	c	c	-	-	-	c	-	-	-	-	-	-	c	-	c	i	c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	i
196	Associação Brasileira de Escolas do Legislativo	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pontuação		100	0																													
MÉDIA RELACÃO COM O PÚBLICO																																
MÉDIAS POR REGIÃO																																
MÉDIA GLOBAL DE PONTUAÇÃO DOS SITES																																

ISBN 857365459-7



9 788573 654592